

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
FACULDADE DE DIREITO**

JULIETE KARINA TSCHÁ

**APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E A INCIDÊNCIA DO
FATOR PREVIDENCIÁRIO**

**CURITIBA
2013**

JULIETE KARINA TSCHÁ

**APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E A INCIDÊNCIA DO
FATOR PREVIDENCIÁRIO**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharel em Direito no
Curso de Direito da Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Prof.^a Thereza Cristina Gosdal

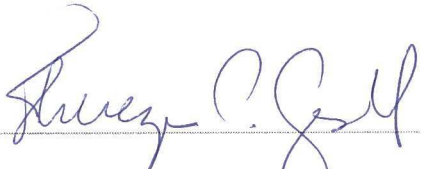
**CURITIBA
2013**


TERMO DE APROVAÇÃO

JULIETE KARINA TSCHA

APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E A INCIDÊNCIA DO FATOR PREVIDENCIÁRIO

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:



THEREZA CRISTINA GOSDAL
Orientador

Coorientador

SIDNEI MACHADO - Núcleo de Prática Jurídica
Primeiro Membro

ALDACY RACHID COUTINHO
Segundo Membro

Aos meus amados pais, que com gestos dotados de singular delicadeza e simplicidade me inspiram constantemente.

RESUMO

O presente trabalho aborda a aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo Regime Geral de Previdência Social e a incidência do fator previdenciário, que é uma fórmula atuarial utilizada para obter o valor da renda mensal inicial do referido benefício.

Tal fórmula foi introduzida pela Lei nº 9.876/2009 com o intuito de consagrar o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, privilegiando os segurados que contribuem por mais tempo para o sistema, vez que considera a idade, expectativa de vida e tempo de contribuição do segurado na data da aposentadoria.

Entretanto discute-se a notável redução que a aplicação do fator previdenciário causou na renda mensal inicial dos benefícios atingidos, bem como a possível violação de princípios e regras constitucionais.

Desse modo, é feito um recorte jurídico constitucional do fator previdenciário, no qual se aborda os argumentos favoráveis e contrários, bem como as consequências da sua aplicação.

Ao final, é feito um estudo acerca das possíveis alternativas ao fator previdenciário, como a declaração da sua inconstitucionalidade nas ações diretas de inconstitucionalidade n. 2110 e 2111, ambas de 2009 e, ainda, a possível revogação do fator previdenciário, notadamente através do Projeto de Lei nº 3.299/2008.

Palavras-chave: Direito Previdenciário. Aposentadoria Por Tempo de Contribuição. Segurado. Fator Previdenciário. Renda Mensal inicial. Expectativa de vida. Tempo de Contribuição. Idade.

ABSTRACT

This paper refers to the time retirement contribution granted by general rule of social security and the incidence of pension factor, which is an actuarial formula used to obtain the initial value of the monthly income of the benefit.

Such a formula was introduced by Law #9.876/2009 in order to recognize the principle of financial and actuarial balance, favoring insured people who contribute longer to the system, as it considers the age, life expectancy and years of contribution of the insured ones on the date of retirement.

However discusses the significative reduction that the application of social security factor caused on the initial monthly income of the benefits achieved and the possible violation of constitutional principles and rules.

Thus, detaches the constitutional legal security factor, which seeks arguments for and against, as well as the consequences of its application.

Finally, a study is made about possible alternatives to the security factor, as it was declared unconstitutional at unconstitutionality plea #2110 and # 2111, both on 2009 and also the possible repeal of the security factor, notably through Law #3.299/2008.

Keywords: Social Security Law. Contribution Time For Retirement. Insured. Social Security Factor. Initial Monthly Income. Life expectancy. Time Contribution. Age.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 7 |
| 2 REGIMES PREVIDENCIÁRIOS..... | 9 |
| 3 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO..... | 15 |
| 3.1 HISTÓRICO | 15 |
| 3.2 PRINCIPAIS ASPECTOS DA LEI 9.876/1999 NA INCLUSÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO COMO BASE DE CÁLCULO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO | 20 |
| 4 PRINCIPAIS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E O FATOR PREVIDENCIÁRIO | 29 |
| 4.1 PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL | 29 |
| 4.2 PRINCÍPIOS DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL | 39 |
| 5 FATOR PREVIDENCIÁRIO E A CONSIDERAÇÃO DE IDADE MÍNIMA NÃO PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL | 51 |
| 6 ALTERNATIVA AO FATOR PREVIDENCIÁRIO..... | 57 |
| 7 CONCLUSÃO | 73 |
| REFERÊNCIAS..... | 78 |

1 INTRODUÇÃO

Para além de uma regra de cálculo, o fator previdenciário é também sinônimo de ampla discussão, seja em âmbito político, seja em âmbito sindical e, ainda, no seio da sociedade, onde, embora com pouca propriedade técnica, emergem os mais constantes rumores daqueles que enfrentam as consequências diárias de sua aplicação, os segurados do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

A perspectiva de que o fator previdenciário transborda as críticas comuns próprias de uma simples fórmula atuarial foi conhecida por esta aluna durante uma das singelas aulas de Prática Jurídica de Direito Previdenciário, ministrada na Universidade Federal do Paraná.

Com a mesma singelidade daquela aula, objetiva-se demonstrar neste trabalho, a quem mais esteja disposto a se permitir conhecer, algumas das grandes e complexas críticas fundadas acerca desta pequena e simples fórmula atuarial.

O presente trabalho visa analisar os reflexos da incidência do fator Previdenciário na aposentadoria por tempo de contribuição concedida pelo RGPS, o que se deu através da Lei 9.876/1999. Referido diploma foi aprovado com a finalidade de disciplinar o cálculo dos benefícios previdenciários, bem como concretizar o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.

Ocorre que a Emenda Constitucional nº 20/1998 colocou tal princípio em evidência, bem como desconstitucionalizou o cálculo das aposentadorias, que até então estava disciplinado pela própria Constituição, o que forçou o legislador ordinário a disciplinar o referido cálculo em substituição às regras anteriores, entretanto, de maneira que concretizasse o princípio do equilíbrio econômico.

Criou-se então, o fator previdenciário, fórmula atuarial que leva em consideração a idade, expectativa de vida e tempo de contribuição do segurado na data da aposentadoria, sendo que tais fatores podem, como regra, diminuir o valor das aposentadorias e, eventualmente, aumentar-lhes o valor.

Assim, a presente pesquisa terá seu tema delimitado pela análise, primeiramente, dos regimes previdenciários, em especial o Regime Geral de Previdência Social, evidenciando a aposentadoria por tempo de contribuição por ele concedida, de forma a tratar de sua origem, finalidade e evolução histórica.

Posteriormente, como desenvolvimento da presente pesquisa, será tratado da incidência do fator previdenciário no cálculo da referida aposentadoria, que se deu com a edição da Lei nº 9.876/1999, de 26 de novembro de 1999, conhecida como lei do fator previdenciário, abordando seu conceito e as principais controvérsias que surgem a partir do posicionamento da melhor doutrina e do judiciário.

Toma-se como foco os mais visíveis argumentos favoráveis e contrários à incidência do fator previdenciário como fórmula de cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição, como o suposto estabelecimento, subliminar, do requisito de idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição, condição não contemplada pela redação original do artigo 201, §7º, I, da Constituição Federal de 1988 e rejeitado expressamente pela Emenda Constitucional 20/98; possível afronta a princípios previdenciários e estruturais do Estado Democrático de Direito, como a Igualdade, a Solidariedade, a Vedação ao retrocesso social e a Segurança Jurídica; possibilidade de redução do ritmo do crescimento das despesas previdenciárias e consequente minimização do déficit previdenciário, em atenção ao Princípio do equilíbrio financeiro e atuarial.

Dentro das temáticas abordadas, busca-se, prioritariamente, demonstrar argumentos opostos trazidos por doutrinadores, de modo a fomentar a crítica sobre o assunto.

Por fim, serão analisadas de forma propositiva, quais as possíveis alternativas ao fator previdenciário, seja a aprovação do projeto de lei nº 3.299 de 2008, de autoria do senador Paulo Paim, seja a possível declaração de inconstitucionalidade da Lei 9.876/1999, através do julgamento final das ADIs 2110 e 2111, ambas de 1999, atualmente em trâmite no Supremo Tribunal Federal, não ignorando, entretanto, a possibilidade de o fator previdenciário ser declarado constitucional, bem como não ser revogado legislativamente.

2 REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

Ao tratar da Previdência Social, Sergio Pinto Martins¹ assevera não se tratar de um conceito autônomo, pois constitui um dos pilares da seguridade social, juntamente com a saúde e a assistência social, tratando-se assim, antes de uma espécie da qual a seguridade social é o gênero. Por fim, a previdência é conceituada como sendo um sistema de proteção de caráter contributivo composto de princípios e normas, o qual visa proteger os segurados diante das situações contingenciais previstas em lei.

No Brasil, o regime previdenciário é dividido em principal ou básico e complementar, sendo que o principal subdivide-se em público e privado. Enquanto o primeiro restringe-se aos servidores públicos civis e militares, denominado Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), o segundo atinge a maioria dos trabalhadores, manifestando-se através do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

O Regime Próprio de Previdência Social abarca os agentes públicos que ocupam cargos efetivos em qualquer das unidades da federação, ainda que vitalícios, como são os magistrados e membros do Ministério Público, bem como os militares. Referido regime foi implantado com a Constituição Federal de 1988 e alterado em 1998, através da Emenda Constitucional nº 20, sendo que está previsto no artigo 40 da Constituição Federal, em se tratando de servidores públicos, e no artigo 142, X, do mesmo diploma, em se tratando de servidores militares, asseverando-se que nesse último caso são obedecidas as diretrizes da Lei nº 6.880/1980 e no primeiro obedece-se à Lei 9.717/1998.

Assim, como bem evidenciado por Castro e Lazzari² em decorrência da autonomia político-administrativa dos entes da federação, inúmeros são os regimes de previdência existentes, vez que incumbe a cada ente isoladamente a implementação do Regime Próprio de Previdência Social de seus respectivos servidores públicos. Entretanto, para Fábio Zambitte Ibrahim, "(...) grande parte dos

¹ MARTINS, Sergio Pinto; **Direito da Seguridade Social**, 16ª Edição, São Paulo: Atlas, 2001, p.296.

² CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**; Florianópolis: Conceito Editorial - 2010, p. 128.

municípios brasileiros não possui Regime Próprio de Previdência Social e, por isso, seus servidores são obrigatoriamente vinculados ao RGPS.”³

O Regime Geral de Previdência Social está previsto no artigo 201 da Constituição Federal de 1988, sendo o regime previdenciário por excelência, vez que abarca todos os trabalhadores pertencentes à iniciativa privada, ainda que autônomos, incluindo os servidores de empresas estatais, os quais possuem vínculo de emprego regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Referido regime é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal vinculada ao Ministério da Previdência Social, tratando-se, como bem ressaltado por Castro e Lazzari⁴, do único regime previdenciário brasileiro de natureza compulsória que permite a adesão facultativa de segurados.

Conforme ensinamento de Ivan Kertzman⁵, atualmente o Instituto Nacional do Seguro Social é responsável unicamente pelos benefícios concedidos pela previdência social, sendo que a arrecadação, fiscalização e cobrança dos tributos de natureza previdenciária competem à Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A disciplina infraconstitucional do Regime Geral de Previdência Social é encontrada nas Leis nº 8.212/1990, que prevê o plano de custeio da Seguridade Social, e nº 8.213/1990, que prevê o plano de benefícios da previdência social, sendo que os artigos 11 e 13 desta última lei preveem a existência de segurados obrigatórios e facultativos.

São segurados obrigatórios o empregado, inclusive o doméstico, o segurado especial e o contribuinte individual.

Por outro lado, existem também os segurados facultativos, sendo que nos termos do art. 13 da Lei 8.213/1990, “É segurado facultativo o maior de 14 (quatorze) anos que se filiar ao Regime Geral de Previdência Social, mediante contribuição, desde que não incluído nas disposições do art. 11.”⁶

³ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010,p.35.

⁴ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**; Florianópolis: Conceito Editorial -2010, p. 126.

⁵ KERTZMAN, Ivan; **Curso Prático de Direito Previdenciário**. 7ª Edição – Salvador: Podivm, 2010. P. 32.

⁶ BRASIL. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 08/08/2013.

⁶ BRASIL. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 08/08/2013.

Cumpra esclarecer que o segurado facultativo que se filia ao Regime Geral de Previdência Social não pode estar vinculado a algum Regime Próprio de Previdência Social, como preceituado por Marcelo Leonardo Tavares.⁷

Com efeito, em se tratando dos regimes básicos de previdência social, ocorre a vinculação automática ao sistema de previdência social, daí a afirmação de autores como IBRAHIM⁸ de que a natureza jurídica de tais regimes é institucional e não contratual, sendo incorreta a atribuição da previdência social como espécie de seguro, o que justifica a vinculação do seguro social ao ramo do direito previdenciário, de natureza pública, e não ao direito civil, de natureza privada.

Assim, o mesmo autor destaca a compulsoriedade como característica relevante dos sistemas básicos de previdência social comparativamente ao sistema de previdência complementar, tratando-se de norma de ordem pública, a qual se justifica diante da miopia individual e da solidariedade previdenciária.

Dessa forma, basta que o indivíduo exerça atividade remunerada para estar vinculado ao RGPS, caso não esteja vinculado ao RPPS, momento em que, também, passa a ser obrigado pela contribuição respectiva. Ressalta-se que não há impedimento para a vinculação a ambos os regimes básicos, desde que o segurado exerça distintas atividades remuneradas, cada qual abrangida por um dos regimes em análise.

Segundo João Ernesto Aragonés Vianna, a filiação obrigatória do segurado ao sistema do Regime Geral de Previdência Social traz segurança para o indivíduo e para o sistema, nos seguintes termos:

A filiação obrigatória, além de trazer segurança para o indivíduo e para a sociedade, na medida em que a insegurança individual acaba por acarretar insegurança social, também é decisiva para o equilíbrio financeiro e atuarial, pois a filiação facultativa implicaria o fenômeno conhecido como seleção adversa, segundo o qual os mais abastados tendem a migrar para os regimes privados, onde a proteção, em tese, é maior – e a contribuição, evidentemente, também, - restando filiados aos regimes públicos apenas a camada menos favorecida da população.⁹

⁷ TAVARES, Marcelo Leonardo; **Direito Previdenciário**; 6ª Edição – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 29.

⁸ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p.30-31.

⁹ VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Curso de Direito Previdenciário**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 24-25.

Já o regime de previdência complementar é de aderência facultativa, sendo autônomo em relação aos regimes básicos. Tal regime ora é de natureza pública, ora de natureza privada. Segundo Fábio Zambitte Ibrahim “O regime complementar ao RGPS tem natureza privada, regulado em Lei complementar (LC nº108 e nº109, ambas de 2001). Já o regime complementar dos servidores públicos, nos termos do art. 40, §15, da constituição, teria natureza pública.”¹⁰

Ainda, os regimes de previdência complementar podem ser definidos como abertos ou fechados, conforme a acessibilidade aos segurados. É fechado o regime de previdência próprio, ao passo que é acessível apenas aos servidores vinculados ao respectivo RPPS, enquanto que o RGPS pode ser aberto ou fechado. Neste último caso estará restrito a empregados ou associados de determinadas empresas ou pessoas jurídicas, entretanto, em sendo abertos serão acessíveis a qualquer indivíduo.

Cabe ao estado à regulamentação e à fiscalização do funcionamento das Entidades de Previdência Complementar por meio do Conselho de Gestão de Previdência Complementar, vinculado ao Ministério da Previdência Social (MPS), no caso das entidades fechadas de previdência complementar, já as entidades abertas são reguladas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNPS) e fiscalizados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Ainda, ressalta-se que, segundo Sérgio Pinto Martins “O sistema brasileiro de Previdência Social é um modelo de repartição simples (pay as you go system). Os ativos contribuem para o benefício dos inativos.”¹¹ Assim, no sistema de repartição simples vige a solidariedade entre os segurados, que é um dos princípios basilares da previdência social a ser delimitado adiante, mas que, em síntese, “(...) significa contribuição da maioria em benefício da minoria”¹², o que se contrapõe ao sistema de capitalização no qual cada participante realiza uma espécie de reserva individual para arcar com seu próprio benefício, o que prejudicaria aqueles que não possuem condições de poupar.

Dessa forma, a diferença entre esses dois regimes é que o de repartição simples tem como característica relevante a solidariedade entre os segurados do

¹⁰ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 36

¹¹ MARTINS, Sergio Pinto; **Direito da Seguridade Social**, 16ª Edição, São Paulo: Atlas, 2001, p.97.

¹² MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de Direito Previdenciário**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 74.

sistema, vez que quando os da ativa chegarem à inatividade novos segurados da ativa estarão contribuindo e arcando com o pagamento dos benefícios, formando um sistema em cadeia. Já o regime de capitalização tem como característica principal a individualidade, ao passo que cada segurado contribui para o próprio benefício futuro, que será proporcional ao valor poupado.

Cumprе ressaltar que o artigo 18, §1.º, da Lei Complementar 109/2001, que dispõe sobre o regime de previdência complementar ao RGPS, prevê que “o regime financeiro de capitalização é obrigatório para os benefícios de pagamento em prestações que sejam programadas e continuadas”¹³, ou seja, a previdência complementar segue como regra o regime financeiro de capitalização.

Segundo Fábio Zambitte Ibrahim¹⁴, existe ainda, o regime de repartição de capitais de cobertura, o qual seria intermediário entre os regimes de capitalização e de repartição simples, no qual serão dimensionadas as receitas para constituírem reservas suficientes à continuidade de pagamento dos benefícios concedidos até a morte do segurado e respectivos dependentes.

Após o panorama adotado acerca dos sistemas adotados pelos regimes de previdência, cumpre esclarecer que apesar da afirmação anteriormente lançada de que os regimes brasileiros seguem o modelo de repartição simples, apreende-se da obra de Fábio Zambitte Ibrahim¹⁵, que a aposentadoria por tempo de contribuição do RGPS não atende ao regime de repartição simples, mas ao regime de capitalização virtual, vez que o cálculo do benefício depende da aplicação obrigatória do fator previdenciário. Assim, é importante transcrever o conceito de capitalização virtual, segundo referido autor:

(...) não há a capitalização individualizada dos pagamentos feitos pelo trabalhador, mas sim a aplicação de uma relação atuarial no cálculo do benefício a ser pago, de modo que o valor do benefício variará de acordo com o período pago pelo segurado, além da sua expectativa de sobrevida.

De acordo com Miguel Horvath Júnior¹⁶, a escolha pela capitalização virtual para o benefício da aposentadoria por tempo de contribuição tem por base a

¹³ BRASIL. **Lei nº 109**, de 29 de maio de 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm> Acesso em 12/05/2013.

¹⁴ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário** ; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010. P.44.

¹⁵ *Ibid.* , p.46.

¹⁶ HORVATH JÚNIOR, Miguel. Revista de Direito Social. **Uma Análise do fator previdenciário**. Ano 1-2001- nº2. Notadez Informações LTDA –Sapucaia do Sul/RS. 54.

experiência da capitalização escritural de países como Suécia, Itália, Polônia e Lituânia, o qual se trata da equivalência entre contribuições e benefícios, pois a capitalização virtual atrela os valores das contribuições dos segurados aos respectivos benefícios.

Diante da complexidade do tema ainda pouco estudado, cumpre transcrever trecho elaborado por Atalíba Pinheiro Espírito Santo, no qual se define o regime de capitalização virtual, diferenciando-o de outras formas de poupança:

primeiro, como tributo, a contribuição previdenciária não “pertence” ao segurado, faz parte das receitas da união, sendo, portanto, virtual a “poupança acumulada” diferentemente do fundo de garantia, por exemplo; segundo, como a remuneração a que faz jus não tem qualquer referencial econômico-financeiro, consubstancia uma abstração do legislador ordinário, sendo, por conseguinte, virtual. O “principal” e os “juros” da “poupança acumulada” são “capitalizados virtualmente”.¹⁷

Por fim, concluindo esta abordagem inicial acerca das características dos regimes de previdência, cumpre transcrever o conceito dos autores Castro e Lazzari acerca do tema:

Entende-se como regime previdenciário aquele que abarca, mediante normas disciplinadoras da relação jurídica previdenciária, uma coletividade de indivíduos que têm vinculação entre si em virtude da relação de trabalho ou categoria profissional a que está submetida, garantida a esta coletividade, no mínimo os benefícios essencialmente observados em todo sistema de seguro social – aposentadoria e pensão por falecimento do segurado.¹⁸

Assim, pautando-se na melhor doutrina, têm-se como essenciais a qualquer regime de previdência social ao menos os benefícios de pensão por morte do segurado e a aposentadoria, sendo que o Regime Geral de Previdência Social, que contempla a maioria dos segurados brasileiros, compreende quatro tipos de aposentadoria, notadamente: aposentadoria por idade, por invalidez, especial e por tempo de contribuição. Esta última é o objeto principal deste trabalho, motivo pelo qual será detalhada adiante.

¹⁷ ESPÍRITO SANTO, Atalíba Pinheiro do. **Fator Previdenciário**. Revista de Direito Administrativo. Livraria e Editora Renovar. Rio de Janeiro. Jan/Mar.2002, p. 286.

¹⁸ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**; Florianópolis: Conceito Editorial - 2010, p. 125

3 APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

3.1 HISTÓRICO

A aposentadoria por tempo de contribuição “trata-se de benefício substituidor do salário, de pagamento continuado, definitivo e não reeditável, na modalidade integral”¹⁹, exigindo-se dos segurados 35 anos de contribuição para o homem e 30 para a mulher, sendo que há redução de cinco anos para professor(a) que comprove tempo exclusivo de efetivo exercício em função de magistério na educação infantil, no ensino fundamental ou no ensino médio, consoante se afere dos artigos 201 e 202 da Constituição Federal.

Tal aposentadoria foi implantada através da Emenda Constitucional nº 20, promulgada em 15 de dezembro de 1998, sendo que veio a substituir a antiga aposentadoria por tempo de serviço.

Segundo Sérgio Pinto Martins²⁰, a aposentadoria por tempo de serviço existe no Brasil desde a Lei Eloy Chaves (Decreto n.º 4.682/1923), com a denominação de “aposentadoria ordinária”, entretanto, possuía um limite etário de 50 anos de idade e era concedida apenas aos ferroviários.

Tal aposentadoria teria se extinguido em 1940 devido ao alto custo de manutenção, sendo que já em 1948, quando passou a ser mantida pela Lei nº 3.807/1.960 (Lei Orgânica da Previdência Social), agora com limite etário de 55 anos, passou a ser denominada aposentadoria por tempo de serviço, tendo vigorado até 1962, quando foi extinta pela Lei nº 4.130/62.²¹

Com a carta magna de 1.967 veio a previsão de aposentadoria para mulher, com salário integral, após 30 anos de trabalho, sendo que com a emenda nº 18 de 1981 foi acrescentada a aposentadoria para o professor (a) após 30 e 25 anos, respectivamente, na função de magistério, com salário integral.²²

Já na Constituição Federal de 1988, antes da Emenda Constitucional nº 20,

¹⁹ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Curso de Direito Previdenciário**; 5ª Edição – São Paulo: LTR, 2013, p. 856.

²⁰ MARTINS, Sergio Pinto; **Direito da Seguridade Social**, 16ª Edição, São Paulo: Atlas, 2001, p.337.

²¹ *id.*

²² *id.*

que criou a aposentadoria por tempo de contribuição, havia a previsão da aposentadoria por tempo de serviço, a qual seria devida após 35 e 30 anos de trabalho para homens e mulheres, respectivamente (art. 202, II), podendo tal número ser inferior em caso de trabalho em condições especiais que prejudicassem a saúde ou a integridade física, bem como seriam diminuídos em cinco anos para professor (a) em efetivo exercício do magistério (art.202, III).

Ainda, acresce-se a possibilidade de a aposentadoria por tempo de serviço ser concedida de maneira proporcional, após 30 e 25 anos de trabalho para homens e mulheres, nesta ordem.²³ O cálculo da aposentadoria proporcional consistia na renda mensal de 70% do salário de benefício acrescido de 6% a cada ano completo de atividade além de 30 e 25 anos de serviço, até completar o período de 35 e 30 anos de serviço para homens e mulheres, respectivamente, conforme o disposto no art. 53, I e II, da Lei 8.213/1991.²⁴

Cumprе frisar que ainda hoje é possível a concessão da aposentadoria por tempo de serviço aos segurados que não dependerem de contagem posterior à data da Emenda Constitucional nº 20/1998, que a extinguiu (16.12/1998), vez que se trata de direito adquirido daqueles que atendiam aos requisitos para a obtenção de tal benefício anteriormente a essa data, o que, inclusive, está disposto no art. 3º da referida emenda.

Como já comentado anteriormente, a Emenda Constitucional nº 20/98 substituiu o tempo de serviço pelo tempo de contribuição, tal modificação objetivou ressaltar o caráter contributivo do regime previdenciário, isso porque foi frequente a contagem tem tempo de serviço sem a respectiva contribuição ao sistema, o que é incompatível com o equilíbrio financeiro e atuarial.²⁵ Ensina Ibrahim que, “(...) à exceção de contagens de tempo fictícias, como licenças contadas em dobro, todo o tempo de serviço está sendo utilizado como tempo de contribuição, até que seja editada lei específica sobre o assunto”²⁶

Ademais, também Cláudia Salles Vianna defende que o tempo de serviço deve ser considerado como tempo de contribuição:

²³ MARTINS, Sergio Pinto; **Direito da Seguridade Social**, 16ª Edição, São Paulo: Atlas, 2001, p.337

²⁴ BRASIL, Lei 8.213 de 29 de Maio de 1991.

²⁵ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário** ; 16ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2011, p. 597/598.

²⁶ *Ibid.*, p. 598.

Atualmente o tempo de serviço é considerado como tempo de contribuição para fins previdenciários. Assim, e em que pese que a Emenda Constitucional n. 20/98 tenha modificado a denominação do benefício para Aposentadoria por Tempo de Contribuição (antes aposentadoria por tempo de serviço), na prática a contagem do tempo necessário à obtenção do benefício permanece a mesma, sem modificações.²⁷

De acordo com Marcelo Leonardo Tavares²⁸ é considerado tempo de contribuição todo o período em que o segurado realizou atividade vinculada à previdência social, desde o início da filiação, até o momento em que ocorrer o desligamento, descontando, entretanto, os períodos em que houve suspensão do contrato de trabalho, interrupção do exercício ou desligamento da atividade vinculada à previdência. Acrescenta-se que a vinculação à previdência social do segurado facultativo também enseja a aposentadoria por tempo de contribuição, pois tal segurado verte contribuições mensais para o sistema.

O tempo de contribuição e o tempo de serviço são espécies de tempo de filiação, que é o gênero, conforme Wladimir Novaes Martinez, que assim conceituou o tempo de contribuição:

O tempo de contribuição corresponde às mensalidades recolhidas ou devidas, efetiva ou presumidamente aportadas. Valendo pagamento em dia, em mora (quando não excepcionada), sob um parcelamento ou mediante a indenização” da Lei n. 9.032/1995. E até mesmo a deduzida no benefício concedido (PBS, art. 115).²⁹

Assim, o tempo de contribuição corresponde ao tempo em que o segurado efetivamente contribuiu para o sistema, ainda que de forma retroativa. Enquanto que o tempo de serviço se constituiria em uma dimensão temporal relativamente à base material da filiação, incluindo os períodos de férias e licenças remuneradas. Já o tempo de filiação guardaria respeito a uma ideia mais ampla, sendo que engloba, inclusive, o tempo de conversão, que é uma ficção legislativa criada para fazer margem aos trabalhos realizados em situações especiais.³⁰

Cumprе esclarecer, ainda, a diferença existente entre o tempo de contribuição e o período de carência. Este último é comum a quase todos os benefícios previdenciários, estando previsto no art. 24, da Lei nº 8.213/91 que o “Período de

²⁷ VIANNA, Cláudia Salles Vilela. **Previdência Social – Custeio e Benefício** – São Paulo: LTR, 2005, p. 572.

²⁸ TAVARES, Marcelo Leonardo; **Direito Previdenciário**; 6ª Edição – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p.. 154/155.

²⁹ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Curso de Direito Previdenciário**; 5ª Edição – São Paulo: LTR, 2013,p. 860.

³⁰ *id.*

carência é o número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus ao benefício, consideradas a partir do transcurso do primeiro dia dos meses de suas competências”³¹, sendo que é exigida a carência de 180 contribuições mensais para esta aposentadoria, o que equivale a 15 anos de carência, ao passo em que se exige o período de 30 ou 35 anos de contribuição em se tratando de mulher ou homem, nesta ordem.

É possível que um indivíduo possua anos de contribuição sem possuir qualquer período de carência, pois esta última é considerada a partir da data do efetivo pagamento da primeira contribuição sem atraso, consoante previsão do art. 27, inciso II, da Lei 8.216/91³², exceto para os empregados e trabalhadores avulsos, para os quais a carência consta-se desde a data da filiação ao RGPS.

Assim, o grande diferencial reside na possibilidade de o tempo de contribuição ser considerado de maneira retroativa através do pagamento do período em atraso, acrescido de multa e juros, ressaltando-se que ao segurado facultativo não é possibilitado o recolhimento de contribuições retroativas à data de filiação.

Ainda, importante ressaltar que aos segurados que perderam a qualidade de segurado apenas é possível o computo do período de carência após nova filiação e cumpridos um terço do período de carência exigido para a concessão do benefício pleiteado. Entretanto, tal regra não se aplica à aposentadoria por tempo de contribuição, juntamente com as aposentadorias por idade e especial, ao passo não se considera a perda da qualidade de segurado para a concessão nesses casos.

Wladimir Novaes Martinez explicita que a aposentadoria por tempo de contribuição não é muito comum em outros países, sob o argumento de que não há um risco a ser protegido, tendo em vista que a contingência tutelada é o tempo de contribuição. De fato, “(...) o risco protegido é o trabalho desenvolvido durante longos anos, a falta de emprego para a meia idade e própria idade avançada do trabalhador, estando ele, nos casos mais comuns, próximo da aposentadoria por idade.”³³

³¹ BRASIL. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 08/08/2013

³² BRASIL. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 08/08/2013

³³ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Curso de Direito Previdenciário**; 5ª Edição – São Paulo: LTR, 2013, 2013.p. 857.

Segundo Fábio Zambitte Ibrahim³⁴, a aposentadoria por tempo de contribuição acaba sendo quase exclusiva das classes superiores, pois o trabalhador de baixa renda acaba se aposentando por idade, devido à dificuldade em comprovar o tempo de contribuição.

Desde 1962 a idade não é mais considerada um requisito para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição e daquelas que a antecederam cronologicamente. Assim, como preceituado por Wladimir Novaes Martinez³⁵, a aposentadoria poderia ser requerida a qualquer momento desde que cumpridos os demais requisitos exigidos.

Nesse contexto, cabe ressaltar que em sua redação original, a proposta de Emenda à Constituição n.º 20 de 1998, que implantou a aposentadoria por tempo de contribuição, previa o requisito de idade mínima para a concessão de aposentadoria por tempo de contribuição. Sobre o tema, Fábio Zambitte Ibrahim³⁶ explicita que a proposta da referida emenda previa aposentadoria para o homem após 35 anos de tempo de contribuição e 60 anos de idade, para a mulher, 30 anos de tempo de contribuição e 55 anos de idade.

Ocorre que tal critério não prevaleceu para a concessão da aposentadoria integral, sendo que na fase de transição da referida emenda, fixou-se a idade mínima de 48 e 53 anos para mulheres e homens, respectivamente, relativamente à concessão da aposentadoria proporcional, a qual deixou de existir quanto aos filiados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) após a data da emenda, 15.12.1998, sendo devida apenas aos filiados ao RGPS anteriormente a tal data, desde que atendidas determinadas normas.

Entretanto, não há qualquer eficácia para a norma transitória acima elucidada, pois, como ressaltado por José Antônio Savaris “(...) não há menor hipótese de aplicação da medida normativa transitória mais gravosa, que exige, além do tempo, idade mínima e período adicional de contribuição”³⁷, já que pode o segurado escolher pela regra definitiva inserida pela referida emenda.

Em que pese não ter prevalecido o requisito de idade mínima para a

³⁴ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 633.

³⁵ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Curso de Direito Previdenciário**; 5ª Edição – São Paulo: LTR, 2013, p. 857.

³⁶ IBRAHIM, Fábio Zambitte; *op cit.*, p. 635.

³⁷ ROCHA, Daniel Machado da; Savaris, José Antonio. **Curso de especialização em direito previdenciário**- Vol. 2. Savaris (coords) 1.ª edição – Curitiba: Juruá, 2006, p. 145.

concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, com a supressão das regras de cálculo antes previstas, o novo parágrafo 7º do artigo 201 da Constituição Federal exigiu a regulamentação da questão através de legislação infraconstitucional, papel que coube à Lei nº 9.876/1999, que “institui algo assemelhado, pois se o segurado a requerer prematuramente o *quantum* é diminuído.”³⁸

Referida lei trata do fator previdenciário, que consiste em uma fórmula atuarial que considera, entre outros elementos, a idade do aposentado na data da aposentadoria para definir sua renda mensal inicial. O fator previdenciário incide como base de cálculo obrigatória para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, além de ser facultada a sua utilização para a aposentadoria por idade.

Com efeito, ressalta José Antonio Savaris³⁹, ainda que a aposentadoria por tempo de contribuição seja integral, na qual o coeficiente do benefício corresponde a 100%, poderá não haver correspondência entre a média dos salários de contribuição utilizados e a renda inicial do benefício.

3.2 PRINCIPAIS ASPECTOS DA LEI 9.876/1999 NA INCLUSÃO DO FATOR PREVIDENCIÁRIO COMO BASE DE CÁLCULO DA APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

Como já observado, a Emenda Constitucional nº 20, promulgada em 15 de dezembro de 1998, teve por objetivo realizar a reforma da previdência social, consolidando um novo modelo previdenciário, fundado no caráter contributivo e na necessidade de observância do equilíbrio financeiro. Entretanto, segundo Wladimir Novaes Martinez, “houve uma reforma da aposentadoria por tempo de serviço e não, verdadeiramente, a desejada reformulação da Previdência Social.”⁴⁰

Ocorre que foi criada a aposentadoria por tempo de contribuição em substituição à aposentadoria por tempo de serviço, bem como se suprimiu a regra

³⁸ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Curso de Direito Previdenciário**; 5ª Edição – São Paulo: LTR, 2013, p. 857.

³⁹ ROCHA, Daniel Machado da; Savaris, José Antonio. **Curso de especialização em direito previdenciário**- Vol. 2. Savaris (coords) 1.ª edição – Curitiba: Juruá, 2006, p. 146/147.

⁴⁰ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Princípios de Direito Previdenciário**; 4º Edição - São Paulo: LTR, 2001. P. 558.

de cálculo do valor das aposentadorias, que antes era disciplinada pelo artigo 202 do Texto Maior.

Anteriormente à Emenda Constitucional nº 20/1998, a Constituição Federal discorria sobre o valor das aposentadorias, o qual seria calculado sobre a média dos últimos trinta e seis salários de contribuição, apurados em período não inferior a 48 meses, nos termos de lei a ser promulgada posteriormente.

Assim, com a entrada em vigor da referida emenda, as aposentadorias por tempo de contribuição e por idade passaram a ser regidas pelo artigo 201, §7º, da Constituição Federal, sendo que a aposentadoria por tempo de contribuição consta no inciso I, que possui a seguinte redação:

§ 7º É assegurada aposentadoria no regime geral de previdência social, nos termos da lei, obedecidas as seguintes condições:
I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; (...) ⁴¹

Com a supressão das regras de cálculo antes previstas na própria Constituição Federal, a aplicabilidade do emergente parágrafo 7º, do artigo 201, da carta maior, que dispõe acerca da aposentadoria por tempo de contribuição, exigiu a regulamentação da questão através de legislação infraconstitucional, notadamente, a Lei nº 9.876/1.999.

Nesse aspecto, considerando que as normas de cálculo para os benefícios previdenciários até então haviam sido regradados pela própria Constituição Federal, muito se discutiu acerca da constitucionalidade de uma lei que tratasse sobre o assunto. Entretanto, a doutrina dominante defende que a Emenda Constitucional (EC) nº 20/98 proporcionou a desconstitucionalização dessas regras de cálculo. Sobre o tema, assim se manifesta Wladimir Novaes Martinez, “Desde 16.12.1998, o emendador constitucional não mais quer reger o cálculo dos benefícios, julgando ser tarefa da Lei ordinária e, para isso, cometeu essa atribuição ao elaborador da norma comum” ⁴².

Ainda sobre a desconstitucionalização das regras de cálculo dos benefícios previdenciários, acrescenta-se a opinião de Simone Barbisan Fortes e Leandro Paulsen:

⁴¹ BRASIL, **Constituição Federal**, de 05 de outubro de 1988. Dispo nível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09/10/2013.

⁴² MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Curso de Direito Previdenciário**; 5ª Edição – São Paulo: LTR, 2013, p. 806.

(...) desconstitucionalização da sistemática de cálculo do salário-de-benefício, o que equivaleria a uma delegação, ao legislador ordinário, para que fixasse qualquer critério de cálculo, desde que respeitadas a garantia de atualização dos salários de contribuição e o princípio da manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do sistema⁴³

Com a referida lei foi disciplinada a fórmula de cálculo dos benefícios previdenciários, introduzindo diversas modificações nos planos de custeio da seguridade social e de benefícios da previdência social, disciplinados pelas Leis nº 8.212/1991 e nº 8.213/1991, respectivamente.

Para a aposentadoria por tempo de contribuição, disciplinou-se que o salário de benefício consistiria na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o período contributivo, multiplicada pelo fator previdenciário. Assim, a aplicação do fator às aposentadorias por tempo de contribuição passou a ser obrigatória, ao passo que é facultativa nos casos de aposentadoria por idade, para a qual há possibilidade de escolha entre os cálculos realizados com e sem a incidência do fator previdenciário, conforme previsto no artigo 7º da referida lei. De fato, como bem preceitua Hermes Arrais Alencar:

(...) o fator previdenciário somente se faz presente, de forma obrigatória, na aposentadoria por tempo de contribuição, que, como regra, tem efeito de reduzir o benefício, e como exceção, de elevá-lo. Na aposentadoria por idade, o fator incide apenas para aumentar o benefício, nunca para reduzi-lo.⁴⁴

Assim, percebe-se que houve uma ampliação do período contributivo a ser considerado para obter o salário de benefício na aposentadoria por tempo de contribuição, pois se antes se levava em consideração apenas os 36 (trinta e seis) últimos salários de contribuições, agora se leva em consideração toda a trajetória contributiva do segurado. Defende Simone Barbisan Fortes, citando o parecer/CJ n. 1.979 (DOU de 26/01/2000), que:

(...) o critério de cálculo anterior beneficiaria sobremaneira os segurados com grau de instrução mais elevado, que no geral têm uma trajetória salarial crescente, atingindo, ao final da vida laborativa, valores equivalentes ou próximos ao teto (o que, na sistemática anterior os levaria a perceber benefícios próximos desta faixa de valor), em detrimento da esmagadora

⁴³ FORTES, Simone Barbisan; PAULSEN, Leandro. **Direito da Seguridade Social: Prestações e custeio da previdência, assistência e saúde** –Porto Alegre : Livraria do Advogado; 2005, p.236.

⁴⁴ ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de Benefícios Previdenciários: Regime Geral de Previdência Social: da Teoria a Prática**. Editora Atlas; São Paul; 2009; p. 176.

maioria do contingente de segurados que têm nível de instrução bastante baixo, em razão do que apresentam uma vida salarial decrescente, na medida em que vão perdendo seu vigor físico e, assim, acabam por atingir, ao final da vida laborativa, salários-de-contribuição iguais a um salário mínimo⁴⁵

Segundo o artigo 3º da Lei 9.876/2.009, o cálculo dos 80% maiores salários de contribuição para aqueles que ingressaram anteriormente à vigência da referida lei, considera-se o período contributivo desde a competência julho de 1994, sendo que “todo o novo período contributivo só é válido (regra permanente), para quem ingressou no sistema após a publicação da Lei nº 9.876/99(28.11.99). O filiado ao RGPS terá como termo inicial do período básico de cálculo o mês de julho de 1994”.⁴⁶

Assim, se o segurado estava filiado e contribuindo em julho de 1994, em tal mês se iniciará o período de cálculo para a concessão do benefício pleiteado.

De fato, das modificações trazidas pela Lei 9.876/1999, a principal foi a introdução do fator previdenciário no âmbito de cálculo das aposentadorias, principalmente da aposentadoria por tempo de contribuição, para a qual a incidência é obrigatória.

O fator previdenciário consiste em “(...) uma fórmula atuarial que considera a idade, o tempo de contribuição, a expectativa de vida (tabela de sobrevivência divulgada pelo IBGE) e a alíquota de contribuição”⁴⁷.

Segundo Wladimir Novaes Martinez, “ele expressa conjunto de dados biométricos do segurado, ligados à sua vida pessoal, profissional e previdenciária, deduzido numa fórmula matemática”,⁴⁸ a qual, conforme anexo da Lei 9876/1999⁴⁹, se expressa da seguinte maneira:

$$f = \frac{Tc \times a}{Es} \times \left(1 + \frac{(Id + Tc \times a)}{100} \right)$$

⁴⁵ FORTES, Simone Barbisan; PAULSEN, Leandro. **Direito da Seguridade Social: Prestações e custeio da previdência, assistência e saúde** –Porto Alegre : Livraria do Advogado; 2005, p. 233.

⁴⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Princípios de Direito Previdenciário**; 4º Edição - São Paulo: LTR, 2001. P. 560.

⁴⁷ WEINTRAUB, Arthur Bragança de Vasconcellos, Emerson Costa Lemes e Julio César Vieira. **Cálculos Previdenciários**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 50.

⁴⁸ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Curso de Direito Previdenciário**; 5ª Edição – São Paulo: LTR, 2013, p. 801.

⁴⁹ BRASIL, **Lei nº 9.876**, de 26 de Novembro de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19876.htm>. Acesso em 04/03/2013.

Em que:

f = Fator Previdenciário;

Es = Expectativa de sobrevida no momento da aposentadoria;

Tc = Tempo de contribuição até o momento da aposentadoria;

Id = Idade no momento da aposentadoria;

a = Alíquota de contribuição correspondente a 0,31.

Assim, passa-se à análise geral de cada uma das variáveis componentes do fator previdenciário à luz da doutrina do autor Wladimir Novaes Martinez⁵⁰. A idade é considerada de maneira fracionada, ou seja, levam-se em consideração além dos anos, os meses e os dias; o tempo de contribuição é aquele em que se realizaram contribuições à previdência social, devendo este ser distinguido do tempo de serviço, o qual já foi explicado anteriormente; expectativa de sobrevida, que é o tempo estimado de vida do segurado após a aposentadoria, o qual é aferido através de tábuas de mortalidade publicadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), consoante se afere do Decreto n. 3.266/1999.

Ademais, ressalta-se a presença de números fixos na fórmula do fator previdenciário. Além dos números 1 (um) e 100 (cem), faz parte da fórmula a constante 0,31, que se justificaria por refletir uma soma entre a contribuição patronal (20%) e a contribuição do empregado (11%). Entretanto, “na verdade, a contribuição patronal varia bastante e os onze por cento não refletem a taxa média dos segurados. Esquecendo-se do seguro de acidentes de trabalho, de modo geral, a alíquota não expressa a contribuição.”⁵¹

Tal fórmula possui vigência no âmbito do RGPS, de modo que, a princípio, não alcança os servidores públicos, os quais são alcançados por regramento próprio no âmbito do respectivo Regime Próprio de Previdência Social, excluindo-se o ocupante de cargo em comissão, vez que esse é segurado do RGPS. Entretanto, não há que se olvidar da possibilidade de servidores públicos serem atingidos pelo fator previdenciário, ainda que indiretamente, notadamente, através da contagem de tempo recíproco entre os regimes de previdência.

⁵⁰ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Curso de Direito Previdenciário**; 5ª Edição – São Paulo: LTR, 2013, p. 801/803

⁵¹ *Ibid.*, p. 803.

Assim, segundo ensina Wladimir Novaes Martinez⁵², o servidor público que cumprir tempo de contribuição no âmbito de um Regime Próprio de Previdência Social e vier a se filiar, posteriormente, ao regime geral sofrerá os efeitos da incidência do fator previdenciário por ocasião do requerimento da aposentadoria por tempo de contribuição. Da mesma forma, o segurado que possui tempo de contribuição no RGPS e ingressar em um RPPS, requerendo lá a averbação desse tempo, seguirá as normas do respectivo regime, estando desvinculado da incidência do fator previdenciário.

Ainda, acresce-se que a lei que introduziu o fator previdenciário preza pelo direito adquirido daqueles que já haviam atingido os requisitos exigidos para a concessão do benefício previdenciário, aos quais a incidência do fator previdenciário e demais regras de cálculo inseridas não são obrigatórias, sendo facultada a aplicação da Lei 9.876/99, entretanto, aos casos em que seja vantajosa, como se afere, inclusive, do art. 6.º da referida lei.

Nesse aspecto, insta salientar que a concessão de benefícios com base nas normas de cálculo previstas na Lei nº 9.876/1999 proporcionou a proposição de inúmeras ações revisionais de aposentadoria, no intuito de obter a mescla de regimes jurídicos para o cálculo da renda mensal inicial, para tanto, utiliza-se largamente o argumento do direito adquirido, bem como se invoca o princípio da irredutibilidade dos benefícios, vez que a aplicação da referida lei na maior parte dos casos funciona como um redutor na renda mensal inicial dos benefícios.

Ocorre que, como observado por Vilian Bollmann⁵³, com o passar do tempo o direito previdenciário vem sofrendo diversas modificações normativas, seja constituindo, modificando ou excluindo direitos subjetivos dos segurados. Tais modificações acabam afetando situações jurídicas ainda não consolidadas, as quais se encontram em fase de formação ou produção.

No âmbito da aposentadoria por tempo de contribuição, essas situações em curso, ainda não consolidadas, podem ser exemplificadas nos casos de segurados que ao início da vigência da Lei nº 9.876/1999, ainda não havia implementado todos os requisitos para a concessão do benefício, ficando, assim, submetidos às regras

⁵² MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Princípios de Direito Previdenciário**; 4ª Edição - São Paulo: LTR, 2001. P. 566.

⁵³ BOLLMANN, Vilian. Lei n. 9.876/1999: **Breves considerações sobre a impossibilidade de mesclar regimes jurídicos para cálculo da renda mensal do benefício previdenciário**. Revista de Previdência Social. São Paulo; nº282; maio-2004; ano 28 (não paginado).

da Lei superveniente.

No entanto, segundo Vilian Bollmann⁵⁴, o art. 6º da referida lei, que resguarda os direitos adquiridos anteriores à vigência da lei, “não foi redigido com o propósito de criar regimes jurídicos “mutantes”, com parcelas calculadas com base na lei antiga e outras calculadas com base na nova lei.”⁵⁵ Antes, o referido dispositivo teve o objetivo de possibilitar a concessão de benefício com base nas regras anteriores àqueles que já tivessem todos os requisitos atingidos antes de iniciar a vigência da Lei nº 9.876/1999, embora não o tivessem requerido anteriormente.

Acrescenta-se, sobre o assunto, a opinião de Miguel Horvath Junior, pela qual “(...) a introdução do fator previdenciário é absolutamente constitucional, não havendo que se falar em ofensa ao direito adquirido ou ao princípio da irredutibilidade dos benefícios.”⁵⁶

Nesse aspecto, Miguel Horvath Junior⁵⁷ esclarece que não há ofensa ao direito adquirido, vez que é permitido aos segurados que até a data de publicação da lei que introduziu o fator previdenciário, requer benefício segundo as regras anteriores, conforme disciplinado pelo artigo 6º daquele diploma. Da mesma maneira, assegura que não há ofensa ao princípio da irredutibilidade dos benefícios, vez que os segurados que ainda possuem pendentes algum requisito para a concessão da aposentadoria, ainda não possuem benefício em manutenção a ser albergado por tal princípio.

Na visão de Wladimir Novaes Martinez, de fato, não existe direito adquirido ao regime anterior, senão àqueles que já haviam cumprido os requisitos para a concessão do benefício, entretanto, reclama-se um regramento acerca da própria expectativa de direito dos segurados, o que se tentou fazer através de uma regra de transição prevista no art.5º, da Lei nº 9.876/1999.⁵⁸

Cumprido esclarecer, assim, que a incidência do fator previdenciário passou a ocorrer de forma progressiva sobre as aposentadorias por tempo de contribuição

⁵⁴ BOLLMANN, Vilian. Lei n. 9.876/1999: **Breves considerações sobre a impossibilidade de mesclar regimes jurídicos para cálculo da renda mensal do benefício previdenciário.** Revista de Previdência Social. São Paulo; nº282; maio-2004; ano 28, (não paginado).

⁵⁵ *Id.*

⁵⁶ HORVATH JUNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário.** 4ª Edição atualizada com a reforma da previdência. Editora Quartier Latin do Brasil. São Paulo, 2004.p.150.

⁵⁷ *Id.*

⁵⁸ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Fator Previdenciário, Formula 95 e Limite de Idade.** Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 12.

após a vigência da lei que o criou, não tendo sido uma regra de incidência abrupta, mas sim gradual. “(...) legalmente, o fator previdenciário entrou em vigor no dia 29/nov./1999, mas não o efeito total da fórmula. Ele será integral cinco anos depois, isto é, em dez./2004.”⁵⁹

Dessa forma, a incidência gradual se deu na proporção de 1/60 (um sessenta avos) por mês, a partir de novembro de 1999, sendo que atualmente a aplicação é integral, pois a aplicação se deu de forma proporcional apenas nos primeiros 60 meses.

Ainda, segundo Fábio Zambitte Ibrahim, “ao criar o fator previdenciário, a Lei nº 9.876/99 determinou sua inclusão gradual no salário-de-benefício, de modo a não prejudicar segurados próximos da aposentadoria.”⁶⁰

Entretanto, para Wladimir Novaes Martinez, a aplicação gradual do fator previdenciário nos moldes em que ocorreu não foi suficiente para resguardar de maneira adequada a expectativa de direito dos segurados. Assim, transcreve-se trecho elaborado pelo referido autor sobre o assunto:

(...) essa transição foi aplicada gradualmente, insuficiente para que os segurados pudessem reorganizar as suas vidas em função de uma aposentadoria às vezes forçadamente precoce, por força de circunstâncias que não dependem da vontade das pessoas.⁶¹

Acerca da expressão numérica do fator previdenciário, cumpre esclarecer que sendo ele um número variável, pode ser, a depender das peculiaridades do caso concreto, maior, menor ou igual a 1 (um). Assim, aplicando-se a tabela válida em 2011⁶², são exemplos: 0,690 (homem com trinta e cinco anos de contribuição e cinquenta e quatro anos de idade), 1,038 (homem com trinta e cinco anos de contribuição 64 anos de idade) ou, ainda, 1.381 (homem com trinta e cinco anos de contribuição 70 anos de idade).⁶³

De fato, segundo Wladimir Novaes Martinez, a função do fator é “(...) afetar a

⁵⁹ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Princípios de Direito Previdenciário**; 4ª Edição - São Paulo: LTR, 2001. P. 567.

⁶⁰ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 591.

⁶¹ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Fator Previdenciário, Formula 95 e Limite de Idade**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 12.

⁶² BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Tabela do Fator Previdenciário**. Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/informaes-2/fator-previdenciario-2/>>. Acesso em 09/11/2013..

⁶³ Para as mulheres são válidos os mesmos valores, lembrando, apenas, que são acrescidos 5 anos de contribuição ao tempo real contribuído antes de ser realizado o cálculo.

média dos salários-de-contribuição, submetendo, dessa forma, o salário de benefício que, por sua vez, multiplicado pelo coeficiente do segurado, decantará a renda mensal inicial.”⁶⁴

Dessa forma, sendo o fator previdenciário um número que define o salário-de-benefício, o qual é utilizado para calcular a renda mensal inicial, tem-se que o mesmo pode, na prática, não apenas determinar uma renda mensal inicial menor que o valor do salário de contribuição, mas também pode ser maior que o mesmo.

Nesse sentido, cumpre citar Fábio Zambitte Ibrahim, o qual assevera que “(...) o fator previdenciário pode ser inferior ou superior à unidade. Se superior, irá melhorar o benefício do segurado, desde que sua média esteja abaixo do teto. Se inferior, o fator irá reduzir o benefício do segurado.”⁶⁵

Diante da incidência do fator previdenciário, muitas críticas foram tecidas no sentido de que o mesmo serviria como estratégia de desestímulo à aposentação em idade precoce. Isso porque, ainda que se preencham todos os requisitos elencados na Constituição Federal, o segurado que se aposentar com baixa idade acaba sofrendo inerente redução no valor do benefício, tendo em vista que nesses casos o fator previdenciário tende a ser menor que 1 (um), como observado no exemplo citado anteriormente.

Além da possível fixação indireta do requisito da idade mínima, o qual não teria sido contemplado pela Emenda Constitucional nº 20/98, há críticas no sentido de que a aplicação do fator previdenciário afronta garantias fundamentais do cidadão, bem como princípios estruturais do Estado Democrático de Direito, como a igualdade, a solidariedade e a vedação ao retrocesso social, além de proporcionar algumas críticas quanto à maneira de aplicação do princípio do equilíbrio econômico.

Entretanto, são levantados também, argumentos favoráveis ao fator previdenciário, vez que o mesmo propicia a redução das despesas previdenciárias, prestigiando o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, bem como atribui benefício superior a quem contribui durante mais tempo para o sistema.

⁶⁴ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Princípios de Direito Previdenciário**; 4ª Edição - São Paulo: LTR, 2001. P. 562.

⁶⁵ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p.591.

4 PRINCIPAIS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS À APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E O FATOR PREVIDENCIÁRIO

4.1 PRINCÍPIOS DA IGUALDADE E DA VEDAÇÃO AO RETROCESSO SOCIAL

Segundo classificação utilizada por Wladimir Novaes Martinez,⁶⁶ o princípio da igualdade é um princípio constitucional aplicável ao Direito Previdenciário, o qual deve ser compreendido como um direito em potencial, sendo que não significa que todos serão iguais, mas que todos terão direitos iguais à disposição.

De fato, não é possível que dois seres humanos sejam completamente iguais, assim, diante da existência dessas diferenças devemos compreender que “a regra da igualdade não consiste senão em aquinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que sejam desiguais”⁶⁷, como bem assevera o autor referido, citando Rui Barbosa.

A compreensão do princípio da igualdade gera reflexos, ainda, na aplicação do princípio da solidariedade, visto que este princípio se pauta justamente nas diferenças entre os contribuintes, que são desiguais, ao passo em que os que mais participam da previdência social acabam colaborando para o atendimento daqueles com menor participação. Desse modo, se a igualdade não fosse compreendida no sentido material anteriormente frisado, restaria comprometido o próprio princípio da solidariedade.

Segundo Hugo Lontra da Silva, citando George Marmelstein Lima, a previdência social é considerada um direito fundamental de 2ª geração, também chamados de direitos sociais e econômicos, que são baseados no princípio da igualdade (isonomia).⁶⁸

Cita-se como aplicação do princípio da igualdade material à aposentadoria por tempo de contribuição a redução no tempo de contribuição da mulher para se aposentar comparativamente ao homem, sendo que se exige deste último o tempo

⁶⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Princípios de Direito Previdenciário**; 4ª Edição - São Paulo: LTR, 2001. P. 244 e 247.

⁶⁷ *ibid.*, p. 248.

⁶⁸ SILVA, Hugo Lontra da. **A fórmula do Fator Previdenciário Frente ao Princípio Constitucional da Isonomia**. Revista: Ciência Jurídica do Trabalho. Ano XII; Volume 78 – Novembro/Dezembro de 2009, p. 18/22.

de 35 anos de contribuição, enquanto que se exige da mulher apenas 30 anos de contribuição. Tal distinção, para os que a entendem correta, contempla o princípio da igualdade porque a mulher possui uma condição física mais frágil que a do homem, de modo que a redução de cinco anos no tempo de contribuição da mulher serve como fator de igualdade entre os sexos, diante das diferenças existentes em concreto.

Entretanto, apesar de haver previsão constitucional diferenciando o tempo de contribuição entre homens e mulheres, nota-se que a aplicação do referido dispositivo acabou sendo mitigada a partir da aplicação do fator previdenciário como base de cálculo da aposentadoria.

Não se desconhece que a Lei nº 9.876/1.999, no intuito de tentar compensar eventuais distorções, prevê um acréscimo de cinco anos ao tempo de contribuição da mulher, entretanto, verifica-se na prática que a porcentagem de decréscimo na renda mensal inicial da mulher é ainda mais severa que para o homem, o que pode ser explicado da seguinte maneira, nas palavras de Renata Baars Milward:

(...) essas podem se aposentar mais jovens, já que o tempo de contribuição mínimo que lhes é exigido é de 30 anos, contra 35 anos dos homens. Embora a legislação determine que o fator para as mulheres seja calculado considerando sempre 5 anos a mais de contribuição, esse mecanismo não anula o efeito que a idade inferior de aposentadoria exerce no cálculo do fator.⁶⁹

No mesmo sentido, o seguinte excerto de Wladimir Novaes Martinez:

Mesmo com o bônus de cinco anos, a mulher perde mais que o homem. Para que isso não acontecesse teria de haver uma adução para a sua idade, mulher com vinte e cinco anos de serviço, ainda que com o plus de cinco anos, geralmente tem idade menor⁷⁰.

Para visualizar com maior facilidade a relevância do tema, cita-se decisão

⁶⁹ MILWARD, Renata Baars. **Consultoria Legislativa**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/fator_previdenciario/documento-de-referencia-da-consultoria-legislativa-1. Acessado em 07/09/2013.

⁷⁰ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Princípios de Direito Previdenciário**; 4ª Edição - São Paulo: LTR, 2001. P. 565.

proferida pela Corte Internacional Europeia, no processo nºC-385/11⁷¹, de 26-01-2013, no qual se entendeu que as restrições referentes aos direitos trabalhistas dos trabalhadores a tempo parcial consubstanciam-se em discriminação indireta de gênero, violando o princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres. Isso porque, em maior parte, os trabalhadores a tempo parcial são mulheres, normalmente por realizarem uma dupla jornada, vez que além do trabalho externo, acaba se dedicando à casa e aos filhos.

No caso da aposentadoria por tempo de contribuição, a aplicação do fator previdenciário provoca uma redução maior no benefício da mulher que no do homem, vez que as seguradas normalmente atingem os requisitos para tal benefício antes que os segurados do sexo masculino. Assim, para ter direito a um benefício de igual valor àquele concedido ao homem, a mulher precisa, na prática, trabalhar por mais tempo, de modo que é possível, também, falar-se em discriminação indireta de gênero.

O mencionado julgado da Corte Internacional Europeia assemelha-se ao caso da aposentadoria por tempo de contribuição da mulher, vez que ambos suscitam a possibilidade de discriminação indireta de gênero, de modo que é possível utilizar analogicamente o mencionado julgado como estímulo ao tratamento igualitário entre homens e mulheres no que concerne às regras de cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição do Regime Geral de Previdência Social, observada a igualdade material entre os segurados de ambos os sexos.

Ainda, há que se ressaltar, também, que a constituição exige um período de contribuição menor dos professores, em face dos demais segurados, sendo que em se tratando de professor o período de contribuição será reduzido em 5 (cinco) anos e, em se tratando de professora, a redução será de 10 (dez) anos. Assim, para fazer jus a tal previsão constitucional, a Lei nº 9.876/1999 prevê um acréscimo de 5 (cinco) e 10 (dez) anos ao período de contribuição, respectivamente, conforme se trate de professor ou professora, conforme se afere do artigo 2.º, § 9º da referida lei.

Para o caso da aposentadoria dos professores, cabe, por analogia, a mesma crítica elaborada à aposentadoria das mulheres, vez que apesar da Lei 9.876/1999

⁷¹ COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO. processo nºC-385/11, julgado pela Corte Internacional Europeia. Disponível em http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/Proc_C385_11.pdf Acesso em 13/11/2013.

prever acréscimo ao elemento tempo de contribuição, não prevê acréscimo ao elemento idade, a qual, igualmente, incide na fórmula de cálculo do fator previdenciário devido à previsão da expectativa de sobrevida.

Assim, ocorre redução na renda mensal inicial do benefício daqueles que se aposentam mais jovens em decorrência de terem cumprido um tempo de contribuição constitucionalmente reduzido.

Ainda, insta consignar que “(...) apesar de o IBGE elaborar a tábua de mortalidade para homens e mulheres, de modo diferenciado, a opção do legislador recaiu pela tabela de ambos os sexos, não se fazendo distinção para efeitos de análise de expectativa de sobrevida.”⁷²

Nesse aspecto, Ataliba Pinheiro Espírito Santo, citando relatório de desenvolvimento humano da ONU, defende que “é sabido que as expectativas de sobrevida dos homens e mulheres são distintas entre si e tal distinção não é irrelevante, atingindo um intervalo, em média, aproximado de cinco anos a mais para a sobrevida feminina.”⁷³

Assim, utilizando-se uma média nacional única para ambos os sexos, esta será, em verdade, superior à média masculina e inferior à média feminina, de modo que há prejuízo, neste aspecto, para o segurado do sexo masculino. Assim, devem ser ativados mecanismos que corrijam evidente prejuízo.

Segundo Hermes Arrais Alencar,⁷⁴ é aferível de dados colhidos pelo IBGE que, no Brasil, desde 1990, as mulheres vivem aproximadamente sete anos a mais que os homens, sendo que tal diferença se faz ainda mais perversa se a comparação for feita com homens das regiões norte e nordeste. Sobre o tema, cumpre colacionar o seguinte trecho da obra do referido autor:

(...) percebe-se quão desastrosa é a unificação à população masculina, pois comprovadamente o segurado viverá menos tempo do que aquele assinalado na tabela de expectativa de sobrevida firmada pelo próprio IBGE, mas diante da ficção estabelecida pela média única para ambos os sexos a consequência direta será a diminuição do valor da aposentadoria pela aplicação do fator previdenciário.⁷⁵

⁷² IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p.588.

⁷³ ESPÍRITO SANTO, Ataliba Pinheiro do. **Fator Previdenciário**. Revista de Direito Administrativo. Livraria e Editora Renovar. Rio de Janeiro. Jan/Mar.2002, p. .283.

⁷⁴ ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios previdenciários**: Regime Geral de Previdência Social: da Teoria a Prática. Editora Atlas; São Paul; 2009, p. 168/169.

⁷⁵ *Ibid.* , p. 168.

Dessa forma, apesar de ocorrer, na prática, uma redução da renda mensal inicial do benefício da mulher superior a do homem, é possível vislumbrar, por outro lado, prejuízo ao homem, relativamente à utilização da tabela de mortalidade única para ambos os sexos. Entretanto, tal mecanismo, ainda que de forma indireta, acaba por minimizar os prejuízos das mulheres, que poderiam ser ainda maiores caso fosse utilizada a tábua de mortalidade individual para ambos os sexos, já que possuem uma expectativa de vida maior que a do homem.

Ainda, quanto à utilização da tábua de mortalidade utilizada para a aferição da expectativa de sobrevida, além de se tratar de tabela única para ambos os sexos, acresce-se a discussão acerca da abrangência da mesma, a qual “é de utilização nacional. Não faz distinção entre estados ou municípios, vale para todo o Brasil e, com isso, compromete-se um pouco”.⁷⁶

Ocorre que o Brasil é um país vasto, o qual possui cerca de 190 milhões de habitantes⁷⁷, comportando uma extrema desigualdade entre as suas regiões, notadamente quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), devido às peculiaridades regionais, o que reflete, inclusive, na expectativa de sobrevida. Assim, viola o princípio da igualdade material o nivelamento da expectativa de sobrevida entre segurados de regiões distintas, as quais, por suas características demográficas apresentam expectativa de vida díspares.

Isso porque, se a expectativa de sobrevida é um dos elementos determinantes da redução do benefício na fórmula do fator previdenciário, não é crível que seja utilizada uma expectativa de sobrevida nacional superior para incidir como redutor dos benefícios concedidos a segurados fadados a uma expectativa bastante inferior. Acerca do tema, assim se manifesta Wladimir Novaes Martinez:

Não ignorando o legislador que a esperança média de vida dos habitantes da região nordeste é dez anos inferior aos da região sudeste e que existem estados em que a diferença chega a 12 anos, não tem sentido estabelecer uma proposta que ignore as condições socioeconômicas e acabe nivelando os coestaduanos desiguais.⁷⁸

⁷⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de Direito Previdenciário**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 565

⁷⁷ INSTITUTO PHD. Saiba como Funciona o censo do IBGE. Disponível em: <http://www.institutophd.com.br/blog/saiba-como-funciona-o-censo-do-ibge/>. Acessado na data de 28/09/2013.

⁷⁸ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Fator Previdenciário, Fórmula 95 e Limite de Idade**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 10/11.

Ademais, cumpre asseverar que além de existir diferenças bruscas entre a expectativa de sobrevida média de habitantes de diferentes regiões, o que provoca prejuízo aos segurados e seguradas de regiões com menor expectativa de vida, indistintamente, acresce-se a isso o fato de existirem diferenças maiores ainda se comparados homens e mulheres de diferentes regiões, o que é válido observar vez que a tabela de expectativa de sobrevida utilizada pela fórmula do fator é única para ambos os sexos.

Nesse ponto, é válido ilustrar os números trazidos por Hermes Arrais Alencar,⁷⁹ obtidos do relatório chamado “Breves notas sobre a mortalidade no Brasil no período de 1991/2007”, em que se infere que no ano de 1991 havia uma diferença média de vida de 18,98 anos a maior entre uma mulher nascida no Rio Grande do Sul e um homem nascido em Alagoas, bem como, em 2007, a diferença entre uma mulher do Distrito Federal e um homem de Alagoas era de 16,32 anos.

Assim, considerando que anteriormente foi demonstrado que a diferença média de vida entre homens e mulheres é de sete anos a mais para estas, de modo que a utilização da tabela única de expectativa de sobrevida tende a prejudicar o segurado do sexo masculino, é crível afirmar que a utilização da tabela unificada nacionalmente é ainda mais prejudicial ao homem das regiões norte e nordeste, a exemplo do alagoano, que possui cerca de 16 anos menos de expectativa de sobrevida que as mulheres das regiões Sul e Sudeste.

Assim, segundo Érica Paula Barcha Correia, a fórmula do fator “(...) não considera as variações e peculiaridades regionais do país, em ofensa ao princípio da igualdade.”⁸⁰

Ademais, para Wladimir Novaes Martinez⁸¹, é inadequada a utilização da tábua de mortalidade confeccionada pelo IBGE, pois a mesma não reflete a realidade específica dos segurados, de modo que o próprio INSS deveria confeccionar a própria tábua de mortalidade, utilizando dados colhidos do DATAPREV.

Ocorre que a expectativa de vida nacional obtida pelo IBGE, não refletiria a real expectativa de vida dos segurados do RGPS, sendo que na média nacional

⁷⁹ ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios previdenciários: Regime Geral de Previdência Social: da Teoria a Prática**. Editora Atlas; São Paul; 2009, p. 168.

⁸⁰ BARCHA Correia, Érica Paula. **Fator Previdenciário-Análise Constitucional**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 28.

⁸¹ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Fator Previdenciário, Formula 95 e Limite de Idade**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 11.

estão incluídos “(...) grandes empresários, possuidores de grandes fortunas e outros, que em tese, elevam a expectativa de vida nacional, ocasionando um impacto não razoável nos valores das aposentadorias.”⁸²

Assim, insta consignar trecho do autor referido, no qual discorre acerca da impropriedade da fórmula do fator previdenciário no tocante à aferição do elemento esperança média de vida.

(...) impropriedade da fórmula, porque iguala residentes ou naturais da Paraíba com os do Rio Grande do Sul, estados brasileiros que experimentam a menor e a maior duração de vida do país. Reportar-se ao brasileiro quando deveria referir-se aos trabalhadores sujeitos ao RGPS (que suscitam uma tábua de mortalidade distinta). Diz respeito indistintamente a homens e mulheres, sabendo que estas últimas têm direito a aposentadoria, por tempo de contribuição e por idade, cinco anos antes que os homens e vivem, em média, de sete a dez anos mais.⁸³

Outra crítica levantada acerca da utilização da tábua de mortalidade confeccionada pelo IBGE, diz respeito à insegurança que causa aos segurados, pois além de haver previsão para elaboração da tábua anualmente, ainda há a possibilidade de livre mudança das metodologias de cálculo adotadas pelo IBGE.⁸⁴

De fato, afere-se que no ano de 2002, “defendendo a necessidade de alteração da metodologia de cálculo, o IBGE apresentou uma tábua em que as variações percentuais em relação às tábuas anteriores são extremamente significativas.”⁸⁵ Tal alteração redundou na variação de 8% na faixa de 45 a 70 anos, na qual o maior prejuízo atingiu os maiores de 67 anos, cuja variação atingiu a quantia de 20%.⁸⁶

Para melhor visualizar o abalo ocasionado aos segurados em fase de aposentadoria pela mudança da tabela de mortalidade do IBGE no ano de 2002, cita-se o exemplo dado por Cláudia Augusta Ferreira Deud:

⁸² SILVA, Hugo Lontra da. **A fórmula do Fator Previdenciário Frente ao Princípio Constitucional da Isonomia**. Revista: Ciência Jurídica do Trabalho. Ano XII; Volume 78 – Novembro/Dezembro de 2009.p. 30

⁸³ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Fator Previdenciário, Formula 95 e Limite de Idade**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 11.

⁸⁴ SILVA, Hugo Lontra da. *Op cit.* , p.18/19.

⁸⁵ DEUD, Cláudia Augusta Ferreira. **Alteração na metodologia de cálculo da tábua de expectativa de sobrevida para 2002 e seus reflexos no regime geral da previdência social**; p.5; Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3641/alteracao_metodologia_deud.pdf?sequence=5. Acessado no dia 28/09/2013.

⁸⁶ *Id.*

Tomemos como exemplo o caso do segurado que tenha se filiado ao RGPS com 18 anos de idade e que em novembro de 2003 contava com 57 anos de idade e 39 anos de contribuição (quadro 5). Aplicando-se a tábua de expectativa de sobrevida de 2001, válida para a concessão de benefícios até 1º de dezembro de 2003, o valor do benefício seria multiplicado por um fator igual a 1,0171. Decidindo permanecer em atividade por mais um ano para aumentar o valor do seu benefício, requer a concessão de sua aposentadoria em novembro de 2004, com 58 anos de idade e 40 anos de contribuição. Ao valor do seu benefício será aplicado o fator previdenciário calculado a partir da tábua de expectativa de sobrevida de 2002. Nessa hipótese, o fator será de 0,9648. Ou seja, o segurado trabalhou e contribuiu por mais um ano e terá uma redução no valor do benefício.⁸⁷

Acrescenta-se que a tabela anual do IBGE é elaborada a partir da média das tabelas anteriores até que ocorra novo censo, o que se dá de 10 em 10 anos, em média⁸⁸. Assim, como a tendência mundial é o aumento da expectativa de sobrevida “devido ao fato, principalmente, do aumento da qualidade de vida, evolução dos tratamentos médicos, descobertas científicas e outros”⁸⁹, provavelmente a redução dos benefícios ocasionada pelas alterações metodológicas operadas em 2002, ocorra, naturalmente, ainda que em menor escala, a cada novo censo realizado.

Assim, nota-se que a tabela elaborada pelo IBGE pode causar brusca diferenciação no tratamento dispensado aos segurados, ainda que um deles possua idade mais elevada e maior tempo de contribuição, o que ofende o princípio da isonomia, bem como entra em conflito com a máxima de que o fator previdenciário veio para proporcionar a correlação entre a contribuição do segurado e o valor do benefício.

Por fim, Érica Paula Barcha Correia⁹⁰ defende que o direito à aposentadoria é um direito fundamental social com *status* de cláusula pétrea, ao qual se aplica o critério de igualdade na concessão relativamente aos demais benefícios. Em especial, a referida autora cita o §1º do art. 201, da Constituição Federal, o qual

⁸⁷ DEUD, Cláudia Augusta Ferreira. **Alteração na metodologia de cálculo da tábua de expectativa de sobrevida para 2002 e seus reflexos no regime geral da previdência social**; p.5/6; Disponível em: http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3641/alteracao_metodologia_deud.pdf?sequence=5. Acessado no dia 28/09/2013.

⁸⁸ INSTITUTO PHD. Saiba como funciona o censo do IBGE. Disponível em: <http://www.institutophd.com.br/blog/saiba-como-funciona-o-censo-do-ibge/>. Acessado na data de 28/09/2013.

⁸⁹ SILVA, Hugo Lontra da. **A fórmula do Fator Previdenciário Frente ao Princípio Constitucional da Isonomia**. Revista: Ciência Jurídica do Trabalho. Ano XII; Volume 78 – Novembro/Dezembro de 2009, p. 31.

⁹⁰ BARCHA Correia, Érica Paula. Fator Previdenciário-Análise Constitucional. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 24.

veda a diferenciação dos critérios de concessão de aposentadoria no RGPS, à exceção das aposentadorias especiais.

Com efeito, assim dispõe o referido dispositivo constitucional:

É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.⁹¹

Assim, a referida autora conclui pela inconstitucionalidade da aplicação do fator previdenciário às aposentadorias por idade e por tempo de contribuição, vez que se trata de um critério diferenciador para a concessão da aposentadoria, rompendo com o princípio da igualdade entre os segurados, notadamente, “segurados que contribuíram pelo mesmo período e sobre o mesmo salário-de-contribuição, mas com idades diferentes por ocasião do requerimento do benefício, certamente terão um benefício com RMI-renda mensal inicial-diferente.”⁹²

Dessa forma, nota-se que o fator previdenciário compromete em vários aspectos a concretização do princípio da igualdade entre os segurados no âmbito do Regime Geral de Previdência social.

No que concerne ao princípio da vedação ao retrocesso social, tem, segundo Castro e Lazzari, que tal princípio impõe “(...) que o rol de direitos sociais não seja reduzido em seu alcance (pessoas abrangidas, eventos que geram amparo) e quantidade (valores concedidos), de modo a preservar o mínimo existencial.”⁹³

Tal princípio não é expresso na Constituição Federal de 1988, entretanto, segundo os referidos autores,⁹⁴ o mesmo é aferível da leitura do *caput* do artigo 7º da carta magna, o qual trata dos direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, vez que referido artigo faz menção à possibilidade de previsão de outros direitos que visem à melhoria das condições sociais, onde se infere que carecerão de constitucionalidade os regramentos infraconstitucionais que contrariem tal previsão, ou seja, que não visem à melhoria das condições sociais.

⁹¹ BRASIL. Constituição Federal, de 1.988.

⁹² BARCHA Correia, Érica Paula. **Fator Previdenciário-Análise Constitucional**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 24/25.

⁹³ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**; Florianópolis: Conceito Editorial - 2010, p. 112.

⁹⁴ *Id.*

Assim, tal princípio deve ser considerado instrumento jurídico que visa à proteção de direitos e garantias gradativamente conquistados pela população, pois retira do alcance do legislador a supressão de avanços sociais realizados na concretização dos direitos fundamentais ao longo do tempo.

Dessa forma, partindo do pressuposto de que a previdência social é um direito fundamental, tem-se como corolário que tal *status* se estende à aposentadoria, na qualidade de benefício previdenciário, sendo que segundo Érica Paula Barcha Correia⁹⁵, trata-se de um direito fundamental social com *status* de cláusula pétrea, de modo que incide perfeitamente a proteção do princípio da vedação ao retrocesso social.

Se considerarmos a aposentadoria por tempo de contribuição do RGPS, bem como a respectiva forma de cálculo para a obtenção da renda mensal inicial, temos, segundo a autora referida⁹⁶ que a incidência do fator previdenciário consubstancia-se em retrocesso social, vez que promove exclusão social, violando os direitos fundamentais do segurado. É sabido que o direito à aposentadoria é um direito fundamental, entretanto, ao diminuir a renda mensal inicial do benefício, o fator previdenciário passou a dificultar o acesso ao mesmo.

Na mesma linha de raciocínio, se considerar aqueles segurados que lograram conquistas constitucionais coincidentes com uma redução no tempo de contribuição, devido a sua atividade laboral ou condição social, como são as mulheres, os professores e as professoras, é possível visualizar que o fator previdenciário, também nesse aspecto, viola o princípio da vedação ao retrocesso social.

Não se desconhece que a Lei nº 9.876/1999 prevê um acréscimo ao tempo de contribuição de cinco anos para os segurados mulheres e professores, bem como 10 anos às professoras. Entretanto, como a incidência de um menor tempo de contribuição proporciona a iniciativa da aposentadoria com idade menos elevada, o acréscimo realizado ao tempo de contribuição não é suficiente para sanar aos prejuízos ensejados pela aposentadoria em idade precoce, notadamente, porque o critério idade faz parte da fórmula do fator previdenciário, mostrando-se como um dos maiores redutores da renda mensal inicial.

⁹⁵ BARCHA Correia, Érica Paula. **Fator Previdenciário-Análise Constitucional**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 24.

⁹⁶ *Ibid.* p. 25/26.

Para melhor visualizar a discussão acerca do retrocesso social atrelado às categorias de segurados que possuem direito à aposentadoria com decréscimo do tempo de contribuição, cumpre transcrever trecho elaborado por Luciano Marinho Filho:

São esses segurados que necessitam se aposentar precocemente, logo, como regra, correspondendo aos segurados mais jovens e que permanecerão por mais tempo a depender dos fundos públicos. Desta sorte, em termos práticos, são mais prejudicados que os demais. Ora, se a normatização das "categorias especiais" tinha por meta promover exatamente benefícios com uma aposentadoria antecipada, isso foi distorcido e transmutado pela Lei 9.876/1999 que, com o fator previdenciário, agride com maior relevância justamente as categorias antes protegidas, seja quando da obtenção da renda mensal inicial e, progressivamente, em função do (e por mais) tempo, com atualizações sempre dissociadas ou diferenciadas daquelas outrora impostas aos seus descontos contributivos.⁹⁷

Assim, existem argumentos pautados na melhor doutrina para afirmar que a fórmula do fator previdenciário ofende o princípio da vedação ao retrocesso social, notadamente, restringindo o acesso dos segurados ao direito fundamental da aposentadoria por tempo de contribuição vez que os mesmos são forçados a continuar trabalhando para ter um benefício mais favorável, em especial, os segurados que possuem direito à redução no tempo de contribuição, vez que serão atingidos mais significativamente pelo baixo valor da renda mensal inicial do benefício, pois tendem a se aposentar com idade menos avançada.

4.2 PRINCÍPIOS DA SOLIDARIEDADE SOCIAL E DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

A solidariedade social é essencial para a organização da previdência social, vez que consiste na “cooperação da maioria em favor da minoria, em certos casos,

⁹⁷ MARINHO FILHO, Luciano. **Fator previdenciário: fórmula, aspectos qualitativos e inconstitucionalidade embutida**. Revista de Direito do trabalho. Ano 35; n. 135; julho/setembro 2009; Editora Revista dos Tribunais, p.99.

da totalidade em direção à individualidade”.⁹⁸ Desse modo, indivíduos com maior capacidade contributiva acabam propiciando a participação daqueles com pouca ou quase nenhuma capacidade. Dado o seu caráter protetivo, tal técnica provém da assistência social, sendo que, atualmente, adquiriu obrigatoriedade no sistema previdenciário. Assim, o princípio da solidariedade social está ligado ao princípio da obrigatoriedade, como ensina Wladimir Novaes Martinez:

A sujeição legal é condição para a solidariedade efetivar-se. A sustentação de sistema financeiro dessa natureza nela calcado impõe logicamente a obrigatoriedade. Esta não é só da contribuição ou, eventualmente, da filiação, em si, mas de todo o sistema do seguro social em relação às pessoas protegidas.⁹⁹

De fato, para se alcançar o bem estar coletivo, é necessário que haja um esforço individual de cada um dos membros desta coletividade, sendo que a solidariedade se opera pela “ação coletiva de repartir os frutos do trabalho, com a cotização de cada um em prol do todo.”¹⁰⁰ Entretanto, como já bem evidenciado, a solidariedade vigente se dá de maneira obrigatória, por força de lei, não se tratando de simples opção individual em prol dos demais.

Ainda, insta consignar que a solidariedade, segundo o autor Fábio Zambitte Ibrahim é o mais importante dos princípios securitários, ressaltando que caso prevalecesse um sistema de proteção individual, “(...) sendo cada um responsável por si mesmo, não teriam segurança alguma a curto e médio prazo, pois não haveria tempo satisfatório para compor um fundo financeiro suficiente para seu sustento.” Desse modo, tal princípio impede a adoção de um sistema previdenciário de capitalização de forma genérica a todos os benefícios, pois o referido sistema utiliza como fonte a poupança que cada indivíduo realizou particularmente, como já estudado anteriormente.

Entretanto, como já abordado neste trabalho, há que se considerar que a aposentadoria por tempo de contribuição do RGPS adota um sistema de capitalização virtual, o que proporcionou uma mitigação do princípio da solidariedade, como descreve Miguel Harvath Junior:

⁹⁸ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Curso de Direito Previdenciário**; 5ª Edição – São Paulo: LTR, 2013, p.117.

⁹⁹ *Ibid.*, p.118

¹⁰⁰ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**; Florianópolis: Conceito Editorial - 2010, p. 112.

Com a introdução do regime de “capitalização virtual” efetivado pela Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, o princípio da solidariedade não foi abandonado, porém sofreu mitigação, já que cada segurado terá discriminado seu “lote” de contribuições e com base nele e em outros elementos, como a .g. idade. terá seu benefício calculado. Permanece ainda a formação de uma massa comum de contribuições, que garantem o pagamento mensal dos benefícios.¹⁰¹

Segundo Wladimir Novaes Martinez, o fator previdenciário tende a ser substituído por outro mecanismo de cálculo, devido à sua baixa solidariedade, que o torna incompatível com o nosso modelo de Previdência Social.¹⁰²

Quanto ao princípio do equilíbrio financeiro e atuarial, também chamado de princípio do equilíbrio econômico por Wladimir Novaes Martinez, tem-se que o mesmo aplica-se aos regimes de previdência social, inclusive o Regime Geral de Previdência Social e, por extensão, à aposentadoria por tempo de contribuição albergada por esse regime, sendo aferível da nova leitura dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998 ao art. 201 da CF, o qual prevê que a Previdência Social preservará o equilíbrio financeiro e atuarial. Segundo referido autor, o legislador constituinte pretende que o regime em apreço contenha “solvência e liquidez, as fontes de custeio diretamente proporcionalizadas as despesas operacionais, vale dizer, o buscado ponto de consenso e que, concomitantemente, ele seja financeiro e atuarial.”¹⁰³

Assim, apreende-se dos ensinamentos do autor citado¹⁰⁴ que a previsão constitucional de tal princípio faz surgir uma regra a ser cumprida pelo legislador infraconstitucional, bem como pelo organizador da previdência social, a qual possui expressão de origem material, advinda da própria lógica securitária, tendo como fator determinante para a estrutura do regime previdenciário elementos como a clientela protegida, a capacidade contributiva da mesma e a cobertura pertinente a dado momento histórico, sendo necessário relacionar tais elementos ao vulto dos gastos despendidos, tratando-se assim, de relação matemático-financeira entre as contribuições auferidas e os benefícios concedidos.

Cumprе ressaltar, conforme ensinam Simone Barbisan Fortes e Leandro

¹⁰¹ HORVATH JÚNIOR, Miguel. Revista de Direito Social. **Uma Análise do fator previdenciário**. Ano 1-2001- nº2. Notadez Informações LTDA –Sapucaia do Sul/RS, p. 57.

¹⁰² MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de Direito Previdenciário**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 570.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 92.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 91/93 e 97/98.

Paulsen¹⁰⁵, que tal princípio é essencial a um sistema previdenciário de repartição, no qual não há a formação de poupança, ao passo que as contribuições recolhidas são destinadas ao financiamento das prestações devidas no próprio exercício da arrecadação.

Nesse contexto, importante frisar que o princípio em comento foi criado a partir de uma história de insuficiência de muitos planos de pensão, bem como do próprio Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Segundo Wladimir Novaes Martinez “é uma relação econômica que envolve e vincula o nível das entradas e saídas, sopesando o passado (as obrigações em cumprimento), o presente dos contribuintes e o futuro (benefícios a conceder).”¹⁰⁶

Didaticamente, classifica-se o equilíbrio financeiro como a suficiência das reservas matemáticas para fazer jus às obrigações assumidas, ainda que futuras, sendo que Fábio Zambitte Ibrahim o conceitua como “o saldo zero ou positivo do encontro entre receitas e despesas do sistema.”¹⁰⁷

Já o equilíbrio atuarial compreende conceitos matemáticos como, por exemplo, a expectativa média de vida, margens de erro e experiência de risco, sendo que o mesmo autor o conceitua como “controle e prevenção de variações graves no perfil da clientela, como, por exemplo, grandes variações no universo dos segurados ou amplas reduções de remunerações, as quais trazem desequilíbrio ao sistema inicialmente projetado.”¹⁰⁸

Diante do exposto, cumpre acrescentar a diferenciação entre equilíbrio financeiro e equilíbrio atuarial feita por Renata Baars Milward:

O equilíbrio financeiro expressa-se no equilíbrio entre a arrecadação das contribuições previdenciárias e o gasto total com benefícios. O conceito de equilíbrio atuarial, por sua vez, leva em consideração as probabilidades de incidência dos eventos cobertos pela Previdência Social, ao longo do tempo, por meio de variáveis estatísticas, tais como a expectativa de sobrevida dos segurados, em cotejo com o fluxo de contribuições vertidas para o sistema.¹⁰⁹

¹⁰⁵ FORTES, Simone Barbisan; PAULSEN, Leandro. **Direito da Seguridade Social: Prestações e custeio da previdência, assistência e saúde** –Porto Alegre: Livraria do Advogado; 2005, p. 233/234.

¹⁰⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de Direito Previdenciário**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 93.

¹⁰⁷ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p.46.

¹⁰⁸ *Ibid.*, p.47.

¹⁰⁹ MILWARD, Renata Baars. **Consultoria Legislativa**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e->

Segundo Fábio Zambitte Ibrahim¹¹⁰ a atuária é a ciência do seguro, a qual é responsável pela análise do risco protegido e dos recursos para a cobertura do mesmo, o que possibilita a adoção das medidas cabíveis pelos administradores do regime, a fim de evitar distorções.

Entretanto, assevera Wladimir Novaes Martinez¹¹¹ que no desenvolver de um plano é natural a ocorrência de *déficits* e *superávits* momentâneos, o que pode ser corrigido com facilidade, sem comprometer a sua higidez. Por outro lado, é necessário estar atento a circunstâncias indicadoras de distorções significativas, as quais reclamem medidas equacionadoras.

Ressalta, ainda, o mesmo autor¹¹², que o equilíbrio deve ser auferido concretamente por profissionais especializados (economista especializado em finanças ou por matemático conhecedor de atuária), os quais darão parâmetros mínimos a serem seguidos para cada situação enfocada.

Segundo Castro e Lazzari, o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial é utilizado para justificar o fator previdenciário, que foi instituído pela Lei 9.876/199, conforme se apreende do seguinte trecho:

Com base nesse princípio, o RGPS foi recentemente modificado para incluir, no cálculo de benefícios de aposentadoria por tempo de contribuição e idade, o chamado “fator previdenciário”, resultante das variáveis demográficas e atuariais relativas à expectativa de vida, comparativamente à idade de jubilação – Lei n. 9.876/99.¹¹³

Apesar de haver muitas críticas ao fator previdenciário, também existem aspectos positivos a serem destacados no âmbito do equilíbrio financeiro e atuarial. Isso porque, ao passo que influencia os segurados a se aposentarem com idade mais avançada e maior tempo de contribuição, os mesmos acabam contribuindo por mais tempo para o sistema previdenciário antes de entrarem para a inatividade, bem como, por se aposentarem com idade mais elevada, passam menos tempo

pesquisa/fiquePorDentro/temas/fator_previdenciario/documento-de-referencia-da-consultoria-legislativa-1. Acessado em 07/09/2013.

¹¹⁰ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p. 47.

¹¹¹ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de Direito Previdenciário**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 93 e 97.

¹¹² *Id.*

¹¹³ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**; Florianópolis: Conceito Editorial - 2010, p. 121.

recebendo a aposentadoria. Cumpre colacionar trecho de Wladimir Novaes Martinez acerca do tema:

Quem contribuiu por tempo deficiente acumulou capitais montantes e pode usufruir de mensalidade relativamente alta; por outro lado, quem tem idade avançada viverá menos e, destarte, tem condições de obter montante igualmente alto.¹¹⁴

Ainda, acresce o autor citado¹¹⁵ que a justificativa do legislador foi estabelecer uma correlação entre a contribuição e o valor do benefício, o que se evidencia, principalmente, pela previsão do fator previdenciário, o qual, por levar em consideração a idade do segurado e, ainda, a expectativa de sobrevida do mesmo, avalia, conseqüentemente, uma média de tempo em que este receberá a aposentadoria.

Nesse aspecto, é válido ressaltar que Odonel Urbano Gonçalves¹¹⁶ defende que o equilíbrio atuarial leva em consideração três aspectos refletidos na fórmula do fator previdenciário, sendo eles a expectativa de sobrevida, tempo de contribuição e idade do segurado. Ainda, nota-se que o referido autor discorre acerca da justiça da aplicação do fator previdenciário, nos seguintes termos:

A incidência do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias por tempo de serviço e por idade, a rigor, é justa. Para aqueles que contribuíram maior tempo, a expectativa de sobrevida será menor; isto pela razão evidente de se tratar de segurado com maior idade. Tendo contribuído para o sistema por maior tempo e sabendo-se que, em razão da idade, receberá o benefício por menor tempo, é de justiça previdenciária que se lhe pague benefício de maior valor.¹¹⁷

Segundo Luciano Marinho Filho “O “fator previdenciário” foi instituído pela Lei 9.876/1999 como meio de controle, contenção de gastos e como elemento de minimização do déficit da Previdência Social.”¹¹⁸

De fato, quanto à contenção de gastos da previdência social, tem-se,

¹¹⁴ MARTINEZ, Wladimir Novaes; **Curso de Direito Previdenciário**; 5ª Edição – São Paulo: LTR, 2013, p. 803.

¹¹⁵ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de Direito Previdenciário**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2001, p. 560/561.

¹¹⁶ GONÇALES, Odonel Urbano. **Fator Previdenciário** – Criação. Revista IOB Trabalhista e Previdenciária. Ano XVII – nº 207- Setembro de 2006; Editora chefe, p.15.

¹¹⁷ *Ibid.*, p.14.

¹¹⁸ MARINHO FILHO, Luciano. **Fator previdenciário: fórmula, aspectos qualitativos e inconstitucionalidade embutida**. Revista de Direito do trabalho. Ano 35; n. 135; julho/setembro 2009; Editora Revista dos Tribunais, p.96.

segundo Renata Baars Milward¹¹⁹, que as aposentadorias por tempo de contribuição totalizaram quarenta por cento dos gastos do RGPS com aposentadoria no ano de 2008, assim, significam uma parcela expressiva no orçamento da previdência social, de modo que a incidência obrigatória do fator previdenciário nesse tipo de benefício reduz em quantia significativa os gastos da previdência, vez que o fator proporciona redução substancial na renda mensal inicial dos benefícios, na maioria dos casos:

(...) economia total de R\$ 9,13 bilhões desde a implantação do fator até novembro de 2008. A extinção do fator previdenciário, de acordo com do MPS, implicará em gastos adicionais, no ano de 2050, de R\$ 105,6 bilhões, ou seja, 8,45% do total dos gastos previdenciários daquele ano estimado em R\$ 1,25 trilhões, a preços de 2008 ¹²⁰

Já quanto à minimização do déficit da previdência social, tem-se, segundo Matusalém dos Santos¹²¹, que apesar de se alegar que o problema da previdência social é o déficit econômico, não é possível afirmar que a instituição do fator previdenciário seja a solução. Tal autor aponta que após 12 (doze) anos da instituição do fator previdenciário houve uma economia de R\$ 31 bilhões, o que, apesar de expressivo, significa apenas 1,29% das despesas totais da previdência social, o que torna o valor economizado menos expressivo que se observado isoladamente.

Por outro lado, ao longo dos referidos 12 (doze) anos, “(...) o fator previdenciário tem gerado prejuízos nas aposentadorias por tempo de contribuição em média de 30%, sendo mais grave para as mulheres em especial as professoras.”¹²² Além disso, argumenta-se que “as aposentadorias por tempo de contribuição representam apenas 6,73% dos benefícios concedidos em 2011, sendo que em média 55,7% são de valor mínimo – dados de 2010. (fonte MPS)”¹²³. Assim, nota-se que há uma grande contenção de gastos incidindo sobre uma pequena

¹¹⁹ MILWARD, Renata Baars. **Consultoria Legislativa**. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/fator_previdenciario/documento-de-referencia-da-consultoria-legislativa-1. Acessado em 07/09/2013.

¹²⁰ *Id.*

¹²¹ SANTOS, Matusalém dos. **Alternativa ao Ineficaz e Perverso Fator Previdenciário**. Revista de Previdência Social. São Paulo, n.º 384, Novembro de 2012. Editora LTR, p. 919.

¹²² *Ibid.*, p. 920.

¹²³ SANTOS, Matusalém dos. Op cit., p.920.

parcela de segurados, que são aqueles que requerem a aposentadoria por tempo de contribuição.

Ademais, alega Ataliba Pinheiro do Espírito Santo¹²⁴, que a fórmula do fator previdenciário teria gerado uma individualização do custeio para os benefícios que utilizam o fator como base de cálculo, notadamente, através das contribuições individualizadas do empregado e respectivo empregador.

a contribuição relacionada ao contribuinte individual passou a ser identificada por uma especificidade dentro do sistema de capitalização virtual caracterizada pela alíquota "a" (resultado da parcela de 11%(0,11) paga pelo empregado e 20%(0,20) paga pela empresa) retirando os princípios de universalidade do custeio e diversidade da base de financiamento para a aposentadoria por idade e por tempo de contribuição.¹²⁵

Sobre o tema, Wladimir Novaes Martinez assim se manifesta, "(...) tendo em vista que nenhum estudo completo poderia concluir que a contribuição nacional média chega aos 0,31, é incompreensível a adoção dessa constante." ¹²⁶ Ressalta, ainda, que "(...) sem conhecer os meandros de cálculo operado, ela lembra os 20% (patronais) + 11% (pessoais) = 31% da folha de pagamento. Se for verdade, é completamente fora de propósito."¹²⁷

Frisa-se que o coeficiente de contribuição é sempre 0,31, independentemente de se tratar de segurado empregado, avulso, doméstico, contribuinte individual ou empregado de instituição financeira, ainda que a cota de contribuição vertida seja diferente entre eles, como bem delineado por Hermes Arrais Alencar¹²⁸. Ocorre que, como ressaltado por Wladimir Novaes Martinez, as contribuições são variáveis, "(...) sem falar que o legislador se esqueceu das três taxas do seguro de acidente do trabalho e, de modo geral, a alíquota não expressa a contribuição."¹²⁹

¹²⁴ ESPÍRITO SANTO, Ataliba Pinheiro do. **Fator Previdenciário**. Revista de Direito Administrativo. Livraria e Editora Renovar. Rio de Janeiro. Jan/Mar.2002, p.275.

¹²⁵ *Id.*

¹²⁶ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Fator Previdenciário, Fórmula 95 e Limite de Idade**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 11

¹²⁷ *Id.*

¹²⁸ ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios previdenciários**: Regime Geral de Previdência Social: da Teoria a Prática. Editora Atlas; São Paul; 2009, p. 166.

¹²⁹ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Fator Previdenciário em 420 perguntas e respostas**. 2º Edição, São Paulo: LTR, 2001, p. 78

Acerca das contribuições destinadas a manter o benefício da aposentadoria por tempo de contribuição, frisa Ataliba Pinheiro do Espírito Santo ¹³⁰ que o *caput* do artigo 195 da Constituição Federal prevê que “(...) a seguridade social será financiada por toda a sociedade, de forma direta e indireta, nos termos da lei, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e das seguintes contribuições sociais”¹³¹. Sendo que os incisos do artigo mencionado elencam como contribuições sociais a do empregado, empregador, concurso de prognósticos e, ainda, do importador de bens ou serviços do exterior.

Ou seja, a própria Constituição Federal elenca as fontes de financiamento da seguridade social, homenageando os princípios da universalidade do custeio e da diversidade da base de financiamento, de modo que os mesmos devem ser considerados para todos os benefícios, inclusive as aposentadorias.

Assim, formou-se uma crítica por parte dos doutrinadores quanto à utilização da constante 0,31 na fórmula do fator previdenciário, vez que é atrelada à soma das contribuições previdenciárias do empregador e do empregado, ao passo que essas contribuições não são as únicas previstas constitucionalmente para a manutenção dos benefícios previdenciários, inclusive a aposentadoria por tempo de contribuição.

Nesse aspecto, importante se faz a ressalva feita por Cláudia Augusta Ferreira Deud:

É fato que a Constituição Federal fixou, em seu art. 195, outras fontes de custeio para a Seguridade Social, em especial contribuições incidentes sobre o faturamento e o lucro das empresas. No entanto, é importante mencionar que essas fontes devem financiar não só o sistema previdenciário como também as áreas de saúde e assistência social, que a cada dia recebem menos recursos em função do crescimento da despesa previdenciária.¹³²

Além do questionamento acerca da constante “0,31” na fórmula do fator previdenciário, Ataliba Pinheiro do Espírito Santo questiona a não remuneração da

¹³⁰ ESPÍRITO SANTO, Ataliba Pinheiro do. **Fator Previdenciário**. Revista de Direito Administrativo. Livraria e Editora Renovar. Rio de Janeiro. Jan/Mar.2002, p. .275.

¹³¹ BRASIL, **Constituição Federal**, de 05 de outubro de 1988. Dispo nível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09/10/2013.

¹³² DEUD, Cláudia Augusta Ferreira. **Consultoria Legislativa**. Disponível em http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/reforma_previdencia/documento-de-referencia-da-consultoria-legislativa-1. Acessado em 07/09/2013

poupança acumulada pelo segurado através do regime de capitalização virtual atrelado à aposentadoria por tempo de contribuição.

Para referido autor¹³³, apesar de a contribuição previdenciária ter a natureza de tributo, não deixa de ser medida em pecúnia, de modo que ao fazer parte de uma poupança particularizada deve a mesma ser remunerada, sob pena de enriquecimento sem causa do estado. Acrescenta que os juros a serem aplicados devem variar entre 3% e 6% ao ano, que são valores do programa de financiamento estudantil - FIES e da poupança.

Diante do raciocínio lançado, o mesmo autor¹³⁴ conclui pela desnecessidade de aplicação do fator previdenciário frente ao regime de capitalização virtual utilizado para a aposentadoria por tempo de contribuição, sendo que ao considerar um segurado com 51 anos de idade e 35 anos de contribuição, ou seja, um segurado que iniciou o tempo de contribuição aos dezesseis anos e desde então contribuiu ininterruptamente, aplicando-se juros de 3% à poupança, teremos um lastro de 28,3 anos após a data da aposentadoria, o que perfaz um número superior à expectativa de sobrevida masculina depois de 51 anos de idade, que foi 22,3 anos em 2001.

O raciocínio utilizado por Ataliba do Espírito Santo assemelha-se ao da senadora Heloísa Helena¹³⁵, a qual apresentou voto contrário ao projeto de lei do fator previdenciário sob o argumento de que devem ser capitalizadas as contribuições dos segurados, nos seguintes termos:

Na verdade, constantes o salário-de-contribuição e em regime de inflação nula (conforme o exemplo do poder executivo), a uma taxa de capitalização mensal de 0,5% ao mês, teremos após 33 anos um montante correspondente de a 80 vezes o salário-de-contribuição. A uma taxa de 0,3% ao mês o montante corresponderia a 296 vezes o salário-de-benefício – em ambos os casos, mais do que os 276 meses de expectativa de sobrevida do segurado.¹³⁶

Quanto à opinião expressada no voto da então senadora, Hermes Arrais Alencar¹³⁷ manifesta discordância, por acreditar que contraria a lógica do sistema previdenciário adotado no Brasil, que é de repartição simples e não de capitalização, de modo que as contribuições vertidas pelo segurado são destinadas ao custeio dos

¹³³ ESPÍRITO SANTO, Ataliba Pinheiro do. **Fator Previdenciário**. Revista de Direito Administrativo. Livraria e Editora Renovar. Rio de Janeiro. Jan/Mar.2002, p.285/286.

¹³⁴ *Ibid.*, p..286/287.

¹³⁵ ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios previdenciários**: Regime Geral de Previdência Social: da Teoria a Prática. Editora Atlas; São Paul; 2009, p. 174.

¹³⁶ *Id.*

¹³⁷ *Id.*

benefícios previdenciários em geral e não individualmente, em homenagem ao princípio da solidariedade. Entretanto, mais adiante, na mesma obra, o autor afirma que o fator previdenciário introduziu em nosso país o regime de capitalização virtual, o que causou mitigação do princípio da solidariedade.

Ocorre que “(...) a doutrina aponta algumas mazelas deste tipo de regime como, por exemplo, a facilidade de ocorrer um desequilíbrio nas contas, no sentido de haver muitos beneficiários e poucos contribuintes.”¹³⁸ Diante de tal situação, o legislador teria trazido ao sistema previdenciário brasileiro algumas características do sistema de capitalização, notadamente através da inserção do fator previdenciário. Sobre o tema, cumpre transcrever trecho obtido da nota técnica nº 65 elaborada pelo DIEESE, na qual cita-se artigo do então Secretário de Previdência Social, Vinícius Carvalho Pinheiro:

No novo método de cálculo o sistema continua operando com base na lógica da repartição, onde a atual geração de trabalhadores ativos financia os atuais inativos, mas o valor do benefício guarda estreita relação com as contribuições realizadas que passam a ser capitalizadas escrituralmente conforme taxa que varia em razão do tempo de contribuição e a idade dos segurados.¹³⁹

Assim, “a segunda parte da fórmula do fator previdenciário – $(Id + Tc \times a)/100$ como esclarece o texto citado, introduz uma taxa de juros implícita.”¹⁴⁰

Entretanto, afere-se da nota 65 elaborada pelo DIEESE¹⁴¹ que a taxa de juros eleva-se conforme a idade do segurado aumenta, mas não sofre alteração quando aumenta o tempo de contribuição do mesmo, o que faz questionar o objetivo do fator de fazer o segurado permanecer contribuindo por mais tempo ao sistema.

¹³⁸ SILVA, Hugo Lontra da. **A fórmula do Fator Previdenciário Frente ao Princípio Constitucional da Isonomia**. Revista: Ciência Jurídica do Trabalho. Ano XII; Volume 78 – Novembro/Dezembro de 2009, p.16.

¹³⁹ DIEESE. **O fator previdenciário e seus impactos sobre os trabalhadores**. Nota Técnica nº 65. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008, p.4. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2008/notatec65FatorPrevidenciario.pdf>. Acesso em 19/07/2013

¹⁴⁰ DIEESE. **O fator previdenciário e seus impactos sobre os trabalhadores**. Nota Técnica nº 65. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008, p.6. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2008/notatec65FatorPrevidenciario.pdf>. Acesso em 19/07/2013.

¹⁴¹ DIEESE. **O fator previdenciário e seus impactos sobre os trabalhadores**. Nota Técnica nº 65. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008, p.5. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2008/notatec65FatorPrevidenciario.pdf>. Acesso em 19/07/2013.

Ao contrário, segundo tabela confeccionada pelo DIEESE¹⁴², o segurado (homem) com 66 anos de idade que requerer a aposentadoria com 35 anos de contribuição terá uma taxa de juros de 2,81%, enquanto que o segurado com a mesma idade, mas 36 anos de contribuição, terá 2,74%. Ademais, nota-se que taxa de juros é, em média, inferior a 3% ao ano, o que, no Brasil, só se compara a taxa aplicada ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), nesse sentido:

Acrescente-se ainda que as taxas de juros reais anuais implícitas no fator previdenciário estão muito aquém das demais taxas de referência do mercado financeiro. Por exemplo, as taxas de juros reais da poupança estão hoje em 6% ao ano; os Fundos de Previdência Complementar têm buscado remunerações médias anuais também da ordem de 6%; e a taxa Selic, desde 17 de abril de 2008, remunera os títulos públicos em 11,75% ao ano.¹⁴³

Assim, mesmo no âmbito do princípio do equilíbrio econômico, o qual comumente é utilizado para justificar a adoção do fator previdenciário pelo legislador ordinário, surgem alguns embates doutrinários acerca da manutenção do fator previdenciário como integrante do cálculo da renda mensal inicial da aposentadoria por tempo de contribuição.

¹⁴² DIEESE. **O fator previdenciário e seus impactos sobre os trabalhadores**. Nota Técnica nº 65. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008, p. 6. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/notatecnica/2008/notatec65FatorPrevidenciario.pdf>. Acesso em 19/07/2013.

¹⁴³ BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **O fator previdenciário e seus impactos sobre os trabalhadores**. In: Nota Técnica nº 65. Brasília: [Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão], 2008. P. 6.

5 FATOR PREVIDENCIÁRIO E A CONSIDERAÇÃO DE IDADE MÍNIMA NÃO PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Foi levantado através das Adins 2.110-DF e 2.111- DF, propostas em dezembro de 1999, se a nova metodologia de cálculo das aposentadorias por tempo de contribuição, introduzida pela Lei 9876/1999, estaria violando a supremacia do Texto Constitucional, vez que tal regramento infraconstitucional leva em consideração fatores como idade e expectativa de sobrevida do segurado, ao passo em que o requisito idade para tal benefício foi rejeitado quando votada a Proposta de Emenda Constitucional n.º33/98. Entretanto, a liminar proposta nas ações foi indeferida, não havendo até o presente momento pronunciamento final sobre o tema.

Para Simone Barbisan Fortes e Leandro Pausen¹⁴⁴, o objetivo da instituição do fator previdenciário foi propiciar a permanência dos segurados na ativa mesmo depois de atingido o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria, através da fixação de uma idade ideal para se aposentar, entretanto, sem o caráter da obrigatoriedade, vez que tal requisito foi rejeitado pela Emenda Constitucional n.º20/1998.

Ainda, acrescentam os referidos autores, citando Luiz Alberto Santos, que “(...) essa idade seria exatamente aquela rejeitada pela Câmara dos Deputados na votação da Emenda Constitucional n.º 20/98: 55 anos para mulher e 60 para homem.”¹⁴⁵

No mesmo sentido, Fábio Zambitte Ibraim sustenta que a incidência do fator previdenciário funciona como mecanismo de correção da ausência de previsão constitucional quanto ao requisito da idade mínima para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição:

(...) incluir um limite de idade mínimo para a aposentadoria por tempo de contribuição, o que, aliás, era a intenção da proposta de Emenda Constitucional que deu origem à EC n.º 20/98, mas acabou rejeitado. Embora o fator previdenciário tenha surgido como um remendo

¹⁴⁴ FORTES, Simone Barbisan; PAULSEN, Leandro. **Direito da Seguridade Social: Prestações e custeio da previdência, assistência e saúde** –Porto Alegre : Livraria do Advogado; 2005, p. 235

¹⁴⁵ *Id.*

legislativo, visa corrigir a ausência de idade mínima.¹⁴⁶

Como já delineado anteriormente neste trabalho, Wladimir Novaes Martinez¹⁴⁷ discorre que ao estabelecer um fator previdenciário que considera a idade do segurado e, ainda, a expectativa de sobrevida do mesmo, avaliando, conseqüentemente, uma média de tempo em que este receberá a aposentadoria, a justificativa do legislador foi a de criar uma correlação entre a contribuição e o valor do benefício:

Tecnicamente, o MPAS pensa numa correlação mais justa entre a contribuição e a prestação que a do sistema anterior (benefício previamente definido), não desconhecendo que muitas pessoas pedirão a aposentadoria proporcional com valores menores. Seu escopo principal é tentar diminuir o déficit do RGPS.¹⁴⁸

Entretanto, ressalva referido autor¹⁴⁹ que ao criar o fator previdenciário o legislador não estava somente preocupado em criar uma correlação entre benefício e contribuição, mas teve o intuito de resgatar a exigência de idade mínima rejeitada pela Emenda Constitucional 20/98.

Cumprе esclarecer, entretanto, que a idade não é um requisito obrigatório na aposentadoria por tempo de contribuição, já que a mesma pode ser concedida independentemente da idade do segurado, uma vez respeitado o tempo de contribuição. Ocorre que, como bem ponderado por Simone Barbisan Fortes e Leandro Paulsen¹⁵⁰, ao ser inserido o elemento idade no numerador da fórmula do fator previdenciário e expectativa de sobrevida no denominador, o efeito é o de se obter um fator maior quanto maior é a idade do segurado, ao passo que quanto menor a idade, menor o fator previdenciário.

Assim, considerando que o cálculo da renda mensal inicial do benefício do segurado, na aposentadoria por tempo de contribuição, é obtido multiplicando-se a média dos 80% maiores salários de contribuição posteriores a Julho de 1994, pelo

¹⁴⁶ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p.592.

¹⁴⁷ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Princípios de Direito Previdenciário**. 4 ed. São Paulo: LTR, 2001, p. 560/561.
São Paulo: LTR, 2001, p. 79.

¹⁴⁹ MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Fator Previdenciário, Formula 95 e Limite de Idade**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 09.

¹⁵⁰ FORTES, Simone Barbisan; PAULSEN, Leandro. **Direito da Seguridade Social: Prestações e custeio da previdência, assistência e saúde** –Porto Alegre : Livraria do Advogado; 2005, p. 234.

fator previdenciário, afere-se que quanto menor for o fator previdenciário do segurado, menor será o valor do seu benefício.

Essa é a perspectiva dos autores que afirmam que a Lei 9.876/1999 criou o requisito de idade para as aposentadorias por tempo de contribuição, o qual foi rejeitado pela Emenda Constitucional n.º 20/1.998, já que apesar de haver a possibilidade formal de se aposentar a qualquer idade, os segurados que não observarem uma idade avançada sofrerão redução no valor do benefício futuro. Nesse ponto, cumpre ressaltar o que diz Luciano Marinho Filho:

O fator previdenciário foi criado com intuito de influir na minimização ou redução do valor dos benefícios previdenciários (aposentadorias ou pensões) concedidos, a partir do momento de sua concessão, de maneira inversamente proporcional à “idade de aposentadoria” do segurado.¹⁵¹

Nesse sentido, acrescenta Wladimir Novaes Martinez:

Exceto para as seguradas com algo em torno de 34/35 anos de contribuição e 58/60 anos de idade e os segurados com cerca de 38/39 anos de contribuição e 60/61 anos de idade, cujas variáveis biométricas o fazem aproximar-se do cálculo anterior a dezembro de 1999 (e especialmente cinco anos depois), para os jubilados precocemente em relação ao desejável, na prática o fator previdenciário diminui o quantum da aposentadoria por tempo de contribuição.¹⁵²

Para Castro e Lazzari¹⁵³, igualmente, a fórmula de cálculo do fator previdenciário veio a substituir a exigência da idade mínima para a concessão de aposentadoria voluntária no Regime Geral de Previdência Social. “A adoção do chamado “fator previdenciário” visou reduzir despesas com a concessão de aposentadorias por tempo de contribuição a pessoas que se aposentem com idades bem abaixo daquela considerada ideal pelos atuários da Previdência Social.”¹⁵⁴

Segundo, Fábio Zambitte Ibrahim¹⁵⁵, apesar de o limite de idade para a aposentadoria por tempo de contribuição ter sido rejeitado em plenário, não compondo a redação final da Emenda Constitucional nº 20/1998, não há aí óbice

¹⁵¹ MARINHO FILHO, Luciano. **Fator previdenciário: fórmula, aspectos qualitativos e inconstitucionalidade embutida**. Revista de Direito do trabalho. Ano 35; n. 135; julho/setembro 2009; Editora Revista dos Tribunais, p.96/97.

¹⁵² MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Aspectos positivos e negativos do fator previdenciário**. Revista IOB Trabalhista e Previdenciária. Ano XVII; nº207; Setembro de 2006, p.7.

¹⁵³ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**; Florianópolis: Conceito Editorial - 2010, p. 81.

¹⁵⁴ *Id.*

¹⁵⁵ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p.634/635.

para a regulamentação da matéria pela via infraconstitucional, a qual deve concretizar o princípio do equilíbrio financeiro e atuarial no sistema securitário. Para o autor citado é natural que sejam tomadas medidas legais de adequação frente ao aumento da expectativa de vida, por exemplo, no intuito de manter o equilíbrio do sistema.

Ainda, acresce o mesmo autor¹⁵⁶ que a aposentadoria por tempo de contribuição desprovida de idade limite para a sua concessão, resta por sofrer diversas críticas por não haver um efetivo risco a ser protegido, já que o mero tempo de contribuição não faz presumir a incapacidade para o trabalho. Ademais, como o tempo de contribuição não é fácil de ser comprovado por trabalhadores de baixa renda, o benefício acaba sendo concedido quase que exclusivamente às classes mais elevadas, rompendo com a lógica protetiva, típica da aplicação da solidariedade, de modo a criar o que o autor chama de solidariedade às avessas, na qual apenas os mais abastados são beneficiados.

Nesse aspecto, é válido ressaltar, que além do Brasil, apenas Nigéria, Argélia, Turquia, Eslováquia e Egito não exigem idade mínima para concessão de aposentadoria, como bem evidenciado por Francesca Casagrande Luchese.¹⁵⁷

Por outro lado, Claudia Salles Vilela Vianna¹⁵⁸ defende que a Constituição Federal, ao prever a aposentadoria por tempo de contribuição, exigiu tão somente o requisito de tempo de contribuição para a concessão da aposentadoria integral, restando o requisito idade apenas para a aposentadoria por idade. Assim, a respeito da lei do fator previdenciário “não se trata de afirmar que o legislador impôs idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição, mas de exigir uma idade mínima, sim, para que esta aposentadoria corresponda ao valor integral.”¹⁵⁹

Nesse aspecto, a referida autora¹⁶⁰ sugere que seja considerada apenas a média dos salários de contribuição para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, vez que a constituição não prevê outros elementos além do tempo de contribuição. Nesse sentido, afirma que o fator previdenciário não é simples fórmula

¹⁵⁶ IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010, p.633/634.

¹⁵⁷ LUCHESE, Francesca Casagrande. **Aposentadoria por tempo de contribuição – evolução e perspectiva de um benefício previdenciário à beira da extinção**. Revista de Previdência Social, Ano XXXVII; n. 391; São Paulo; Editora LTR, p.503.

¹⁵⁸ VIANNA, Cláudia Salles Vilela. **Previdência Social: Custeio e benefícios**. 2ª Edição- São Paulo: LTR, 2008, p. 388

¹⁵⁹ *Id.*

¹⁶⁰ VIANNA, Cláudia Salles Vilela. *Op cit.* , p. 391.

atuarial, vez que estabelece requisitos para a aposentadoria por tempo de contribuição, nos seguintes termos:

Não pode, pois, estar correto o argumento de que o fator não interfere no requisito da aposentadoria, determinando simplesmente a fórmula de cálculo atuarial, tendo sido esse, infelizmente, o argumento do Supremo Tribunal Federal ao decidir liminarmente na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 23.111. Ele interfere sim, colocando a idade como requisito “essencial” para a obtenção do valor integral, o que fere as disposições constitucionais sobre o tema (a aposentadoria proporcional foi extinta pela EC. N. 20/98, permanecendo somente o benefício integral).¹⁶¹

De fato, como bem colocado pela autora acima referida, a Emenda Constitucional nº 20/98 delimitou a extinção gradual da aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, de modo a restar apenas aposentadoria integral após o término da regra de transição por ela criada.

Aliás, é necessário acrescentar, no que se refere à regra transitória de concessão da aposentadoria proporcional após a Emenda Constitucional nº 20/98¹⁶², que muitas críticas foram tecidas quanto à aplicação do fator previdenciário cumulado com a fixação de idade mínima.

Como ressaltado anteriormente, referida emenda fixou a idade mínima de 48 e 53 anos para mulheres e homens, respectivamente, para a concessão da aposentadoria proporcional, entretanto, não houve qualquer ressalva quanto à aplicação do fator previdenciário, vez que este também considera em sua fórmula o elemento idade.

Assim, tal elemento acaba incidindo em duplicidade para a concessão do benefício proporcional ao segurado, primeiramente pelo requisito idade previsto na regra de transição da emenda 20/98 e, em um segundo momento, quando da aplicação do fator previdenciário.

Ocorre que, a intenção do legislador com a edição da Lei n. 9.876/1999 foi de assegurar o sistema de aposentadorias “precoces”, no caso do tempo de contribuição integral, e não para a aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, haja vista que, quanto a esta, houve fixação de idade mínima pela EC/98.¹⁶³

¹⁶¹ VIANNA, Cláudia Salles Vilela. **Previdência Social: Custeio e benefícios**. 2ª Edição- São Paulo: LTR, 2008, p. 390.

¹⁶² A Emenda Constitucional 20/98 prescreveu a extinção gradativa da aposentadoria proporcional por tempo de contribuição, ressaltando uma regra transitória, na qual se exige o requisito de idade.

¹⁶³ DUARTE, Diana Roberta. **A falta de coerência na aplicação do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição proporcionais após a EC n. 20/98**. Revista de Previdência Social. São Paulo, n.º 380, Julho de 2012. Editora LTR, p.. 591.

Nesse ponto, Ester Moreno de Miranda Vieira¹⁶⁴, apesar de não questionar a constitucionalidade do fator previdenciário, defende que a incidência do mesmo é restrita às aposentadorias integrais não abrangidas por direito adquirido até 16/12/1998 (data da emenda 20/98), sendo indevida a incidência do fator previdenciário como base de cálculo das aposentadorias proporcionais, sob pena de retirar dos segurados o direito a uma regra de transição mais benéfica.

Em caráter ilustrativo, acrescenta-se que a temática acerca da incidência do fator previdenciário nas aposentadorias proporcionais por tempo de contribuição vem sendo discutida pelo Judiciário, sendo válido citar o julgado da 2ª Vara Federal de Novo Hamburgo/RS, nos autos nº 2009.71.08.007367-7/RS, na qual foi determinado o recálculo do benefício da requerente, como bem ilustrado por Daiana Roberta Duarte.¹⁶⁵

No caso em apreço¹⁶⁶, foi constatado que o segurado já era filiado ao Regime Geral de Previdência Social antes da vigência da Emenda Constitucional nº 20/1998, que programou a extinção da aposentadoria por tempo de contribuição proporcional, entretanto, ao efetuar o cálculo da renda mensal inicial do benefício proporcional do segurado, concedido nos termos da regra de transição disciplinada pela referida emenda, o INSS aplicou o fator previdenciário. Ao fim, foi decidido que a alteração legislativa por esta lei não poderia prejudicar a situação jurídica regulada pela Emenda Constitucional nº 20/98, devido à dupla incidência do elemento idade para a concessão do benefício.

¹⁶⁴ VIEIRA, Ester Moreno de Miranda. **A não incidência do fator previdenciário para os benefícios concedidos com base na Emenda Constitucional nº 20/98**. Revista de Previdência Social. São Paulo, n.º 387, Fevereiro de 2013. Editora LTR, p.. 107.

¹⁶⁵ DUARTE, Diana Roberta. **A falta de coerência na aplicação do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição proporcionais após a EC n. 20/98**. Revista de Previdência Social. São Paulo, n.º 380, Julho de 2012. Editora LTR, p. 591.

¹⁶⁶ BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, Autos nº 2009.71.08.007367-7/RS, 2ª Vara Federal de Novo Hamburgo/RS, prolatada em 30 de abril de 2010. Disponível em: <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=jfrs&documento=5782135&DocComposto=&Sequencia=&hash=66424a6229ff3eba94465c86105418eb>. Acesso em 10/11/2013.

6 ALTERNATIVA AO FATOR PREVIDENCIÁRIO

Em um cenário de críticas quanto à aplicação do fator previdenciário aos trabalhadores submetidos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), em especial, no que concerne à redução no valor do salário de benefício das aposentadorias desses trabalhadores, bem como a afronta a garantias fundamentais do cidadão e a princípios estruturais do Estado Democrático de Direito, tais como a Igualdade, a Solidariedade e a vedação ao retrocesso social, formou-se uma movimentação sindical pela extinção do fator previdenciário.

A Lei 9.876/1999, que inseriu a fórmula do fator previdenciário no cálculo das aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social, em especial da aposentadoria por tempo de contribuição, em que a incidência é obrigatória, data de 26 de novembro de 1999, sendo que em 01 de dezembro do mesmo ano, apenas quatro dias depois, foram propostas duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) em face do diploma legal, as quais receberam os protocolos 2110 e 2111, sendo que, apesar de a primeira ter sido proposta por partidos políticos¹⁶⁷, a última foi proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM)¹⁶⁸, o que demonstra a rápida reação sindical frente à inovação legislativa.

Segundo Carlos Alberto Pereira de Castro e João Batista Lazzari¹⁶⁹, a alegação principal das referidas Ações pende quanto à consideração da idade do trabalhador para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, ferir a Constituição Federal.

Atualmente a manifestação sindical pelo fim do fator previdenciário centra-se na solução legislativa para o término do fator, notadamente, com a aprovação do Projeto de Lei 3.299/2008, de autoria do senador Paulo Paim.

¹⁶⁷ Partido Comunista do Brasil (PC do B), Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista – (PDT) e Partido Socialista Brasileiro –(PSB).

¹⁶⁸ A CNTM - Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, da Força Sindical, congrega 150 entidades (sindicatos e federações), representando mais de 1,2 milhão de trabalhadores metalúrgicos de todos os estados brasileiros CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS. Disponível em: <http://www.cntm.org.br/portal/materia.asp?id_CON=64>. Acesso em 02/11/2013..

¹⁶⁹ CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**; Florianópolis: Conceito Editorial - 2010, p. 499.

No dia 30 de agosto de 2013, as centrais sindicais realizaram o dia nacional da mobilização e paralização, que teve como pauta, entre outros assuntos, o fim do fator previdenciário, apesar de já terem conseguido reabrir oficialmente as negociações com o governo federal sobre o assunto, já que em 21 de julho o governo estabeleceu o prazo de 60 dias para negociar e apresentar uma proposta formal e oficial para acabar com o fator.¹⁷⁰

Ocorre que o prazo assinalado para o oferecimento de uma proposta pelo governo encerrou-se sem que a mesma fosse, de fato, oferecida, o que fez a Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST) organizarem uma manifestação conjunta para o dia doze de novembro, com paralisações e protestos em São Paulo, no intuito de cobrar do governo a apresentação de uma proposta alternativa ao fator previdenciário.¹⁷¹

Entretanto, no dia primeiro de novembro deste ano, o Ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, informou ao jornal O Estado de São Paulo, que o governo desistiu de enviar ao congresso uma alternativa ao fim do fator previdenciário até o final de 2014, sob o pretexto de que se tratar de uma reforma previdenciária de grande complexidade e, portanto, inviável em ano eleitoral.¹⁷²

Assim, infere-se que o projeto de lei nº 3.299/2008, que almeja extinguir o fator previdenciário, apesar de já ter sido aprovado no senado, bem como passado pela análise e parecer de todas as comissões da Câmara dos Deputados, permanece aguardando julgamento pelo plenário por interesse político, vez que o primeiro de sucessivos pedidos de inclusão do referido projeto em ordem do dia data de 07/07/2009, ou seja, há mais de quatro anos.

O protocolo legislativo de tal projeto de lei (PL) foi feito em 23-07-2003, no Senado Federal, sendo que recebeu inicialmente o nº 296/2003¹⁷³. De autoria do

¹⁷⁰ GGN O JORNAL DE TODOS OS BRASIS. Disponível em: <<http://jornalggn.com.br/blog/centrais-sindicais-realizam-dia-nacional-de-mobilizacao-e-paralisacao>>. Acesso em 02/11/2013

¹⁷¹ JORNAL REDE BRASIL ATUAL. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/10/centrais-sindicais-cobram-proposta-alternativa-ao-fator-previdenciario-455.html>>. Acesso em 02/11/2013.

¹⁷² JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,governo-desiste-de-mudancas-na-previdencia-social,169090,0.htm>>. Acesso em 02/11/2013.

¹⁷³ BRASIL. **Senado Federal**. Projeto de Lei nº 296/2003. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=5973> Acesso em 27/10/2013.

Senador Paulo Paim, o projeto de lei propõe o fim do fator previdenciário “para que o salário de benefício (aposentadoria) volte a ser calculado de acordo com a média aritmética simples até o máximo dos últimos 36 (trinta e seis) salários de contribuição, apurado em período não superior a 48 (quarenta e oito) meses.”¹⁷⁴

O projeto foi aprovado em regime de urgência pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado no dia 09 de abril de 2008. A matéria foi apreciada fora da sequência estabelecida na ordem do dia, devido a acordo entre as lideranças partidárias e a aprovação do requerimento nº 247 de 2008 que pediu urgência para o projeto, concluindo-se pela sua imediata apreciação.¹⁷⁵

O Parecer de Plenário nº 298 de 2008, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, com conclusão favorável foi proferido pelo Senador Mão Santa. Após a aprovação do projeto, foi também aprovada a redação final através do Parecer nº 299 de 2008, cujo relator foi o Senador Papaléo Paes.¹⁷⁶

Através do ofício 527/2008, datado de 17/04/2008, o referido projeto foi encaminhado à Câmara dos Deputados, para a revisão prevista no artigo 65 da Constituição Federal¹⁷⁷, onde passou a tramitar sob o número 3.299 /2008¹⁷⁸.

Atualmente o Projeto de Lei está pronto para pauta no plenário da Câmara dos Deputados e, se aprovado, será encaminhado para aprovação ou veto do Presidente da República, caso inexistam emendas ao projeto, ou, do contrário, será reenviado para o Senado Federal, que é a casa iniciadora, antes da análise do Presidente da República.

Foram apensados ao projeto de lei nº 3.299/2008 os projetos de lei nº 4.447/2008, nº 4.643/2009, nº 5.535/2013 e nº 5.580/2013.

¹⁷⁴ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei nº 3.299/2008. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=391382>>. Acesso em 02/11/2013.

¹⁷⁵ BRASIL. **Senado Federal**. Projeto de Lei nº 296/2003. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=5973> Acessado em 27/10/2013.

¹⁷⁶ BRASIL. **Senado Federal**. Projeto de Lei nº 296/2003. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=5973> Acessado em 27/10/2013.

¹⁷⁷ Iniciado o projeto de lei em uma das casas do congresso nacional, se aprovado, passará à outra casa para revisão. Dessa revisão pode o projeto ser aprovado ou rejeitado, no último caso ele é arquivado, enquanto que no primeiro caso será encaminhado para o Presidente da República para sanção ou veto, caso inexistam emendas, do contrário, voltará à casa iniciadora, que, concluindo a votação, encaminhará o projeto ao Presidente da República.

¹⁷⁸ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei nº 3.299/2008. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=391382>>. Acesso em 02/11/2013.

O projeto passou por deliberação nas Comissões de Seguridade Social e Família (08-10-2008); Finanças e Tributação (07-10-2009); e Constituição e Justiça e de Cidadania (17-11-2009).

O parecer do relator Germano Bonow, da Comissão de Seguridade Social e Família, foi claro em reprovar a continuidade do fator previdenciário, afirmando que o mesmo proporciona insegurança e incerteza aos segurados, nos seguintes termos:

Não é justificável que, em função das mudanças demográficas e de progressivas atualizações das tábuas de expectativa de vida, um trabalhador seja impossibilitado de ter conhecimento do quanto ele, ao final de sua vida produtiva, poderá contar em termos de aposentadoria. O seguro social deve ter normas claras e acessíveis ao trabalhador comum. A decisão de aposentar-se requer o conhecimento prévio de todas as regras do jogo. É, pois, imperioso dar condições e transparência para que os segurados possam fazer a sua escolha.¹⁷⁹

Assim, tal Comissão foi favorável à proposta do PL 3.299/2008, consistente em retornar às regras de cálculo de aposentadoria vigentes antes da Emenda Constitucional nº 20 de 1998.

Por outro lado, a Comissão de Finanças e Tributação não exarou manifestação no mesmo sentido¹⁸⁰. O entendimento expresso no parecer, de relatoria do Deputado Pepe Vargas, reconhece que o fator previdenciário não atingiu o objetivo de fazer os segurados permanecerem por mais tempo em atividade, vez que a maioria opta por ingressar na inatividade logo que os requisitos de aposentadoria estão presentes, ainda que isso cause um achatamento na renda mensal inicial do benefício, devido à aplicação do fator. Entretanto, manifesta-se pela inadequação dos mecanismos propostos no projeto de lei/PL nº 3.299/2008 e os já anexados PLs 4.447/2008 e 4.643/2009.

Quanto ao PL 3.299/2008¹⁸¹, o referido parecer expressa entendimento de que a adoção da média curta¹⁸² para o cálculo do salário de benefício privilegia os

¹⁷⁹ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, relator Germano Bonow. P.4. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=591530&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013.

¹⁸⁰ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação, relator Pepe Vargas.p 5/6. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=699966&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013.

¹⁸¹ Prevê o salário-de-benefício correspondente à média aritmética simples dos últimos salários-de-contribuição dos meses imediatamente anteriores ao do afastamento da atividade ou da data da

segurados de maior escolaridade, que tendem a possuir uma evolução salarial crescente nos últimos anos de contribuição, ao contrário dos segurados de menor escolaridade, cujo rendimento tende a decair depois de atingido o ápice, encerrando sua vida funcional com um baixo valor contributivo. Ademais, a adoção da média curta possibilitaria a programação da aposentadoria, possibilitando àqueles que possuem maiores condições, aumentar o valor das contribuições apenas às vésperas da mesma. Assim, conclui que a alternativa proposta por este projeto de lei é inviável, por onerar os cofres públicos e favorecer os segurados com maior grau de instrução.¹⁸³

Quanto ao PL 4.447/2008, que prevê o fator de acréscimo previdenciário (FAP) e o abono de compensação comparativa salarial (ACS) o entendimento é de que tal medida, além de onerar os cofres públicos, é de pouca eficácia.¹⁸⁴

Seria ineficaz porque o fator de acréscimo previdenciário é capaz de aumentar o valor da aposentadoria em 0,46% a cada ano em que esta for postergada, enquanto que o fator previdenciário aumenta 6% e, ainda assim, não surtiu efeito de manter os segurados em atividade por mais tempo. Onera os cofres públicos porque o abono de compensação comparativa salarial, que pretende acrescentar um valor ao benefício em compensação à perda comparativamente ao salário mínimo produz impacto equivalente ao dobro da necessidade de financiamento da previdência social em 2008, fora os valores decorrentes da implementação do fator de acréscimo previdenciário, que apesar de menos impactantes, equivalem a "(...) acréscimo de cerca de R\$ 65,15 milhões. Nos dois exercícios seguintes, em face do efeito cumulativo das despesas previdenciárias, o

entrada do requerimento, até o máximo de trinta e seis, apurados em período não superior a quarenta e oito meses, em detrimento da média das 80% maiores salários de contribuição.

¹⁸² A média curta foi vigente antes da alteração constitucional operada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, consiste na média entre os últimos 36 meses de contribuição aferíveis em período não superior a 48 meses, enquanto a média longa é aquela que considera os 80% maiores salários de contribuição. A média longa foi inserida pela Lei 9.876/1999.

¹⁸³ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação, relator Pepe Vargas.p. 7. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=699966&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013..

¹⁸⁴ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação, relator Pepe Vargas.p. 10/11. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=699966&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013.

aumento deverá atingir R\$ 149,24 milhões e R\$ 253,44 milhões, respectivamente.”¹⁸⁵

No que concerne ao PL 4643/2009, que pretende proporcionar acréscimos no valor dos benefícios no intuito de anular os efeitos do fator previdenciário após cinco anos da concessão da aposentadoria a manifestação é, igualmente, pela inviabilidade financeira, sendo que o impacto para os cofres públicos é “(...) no primeiro ano de vigência dessa proposição, da ordem de R\$ 248,87 milhões. Para os dois anos seguintes, as importâncias serão em torno de R\$ 754,99 milhões e R\$ 1,53 bilhão.”¹⁸⁶

Por fim, a Comissão de Finanças e Tributação se manifestou pela inviabilidade dos projetos de lei em comento, vez que contraria a Lei de Responsabilidade Fiscal, a qual prevê em seu art. 17 a estimativa de impacto orçamentário e financeiro bem como o demonstrativo da origem dos recursos para o custeio das despesas.

Entretanto, a referida comissão, propõe em seu parecer, a aprovação do PL 3.299/2008 mediante substitutivo apresentado à sua redação:

Sendo assim, no lugar das alternativas apresentadas até aqui ou da simples extinção do fator previdenciário, propomos que esse coeficiente não incida sobre a média dos salários-de-contribuição do segurado quando a soma da idade com o respectivo tempo de contribuição, ambos considerados na data do requerimento do benefício, atinja noventa e cinco anos, para o homem, e oitenta e cinco anos, para a mulher, e desde que esse tempo de contribuição não seja inferior a trinta e cinco anos, para o homem, e a trinta anos, para a mulher¹⁸⁷.

Assim, o substitutivo apontado não pretende excluir completamente o fator previdenciário, mas propõe a não incidência aos segurados cuja idade acrescida do

¹⁸⁵ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação, relator Pepe Vargas.p 11. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=699966&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013.

¹⁸⁶ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação, relator Pepe Vargas.p 11. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=699966&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013.

¹⁸⁷ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação, relator Pepe Vargas.p 12. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=699966&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013.

tempo de contribuição perfaça o somatório de 85 ou 95, bem como o tempo de contribuição não seja inferior a 30 e 35 anos, conforme se trate de mulher ou homem, respectivamente.

Dessa forma, há de ser considerado que, em verdade, existe um novo projeto de lei, o qual difere do projeto do senador Paulo Paim e seus anexos, pois sugere uma fórmula diferenciada para o cálculo da aposentadoria por tempo de contribuição, notadamente, a fórmula 85/95.

Anote-se que o projeto substitutivo, estende a não incidência do fator previdenciário às pessoas com deficiência que cumpram os requisitos para a aposentadoria por tempo de contribuição, independentemente de atingido o somatório 85/95, no intuito de cumprir o art. 201 da Constituição Federal, que prevê tal tratamento diferenciado.¹⁸⁸

No que concerne ao impacto orçamentário nas contas públicas, o parecer dispõe que o projeto substitutivo é mais brando que o PL 3.299/2008, vez que pelo estudo técnico nº 02/2009 da consultoria de orçamento da Câmara dos Deputados, a fórmula 85/95, se implantada em 2009, produziria um gasto de R\$ 81.190.230,64, no primeiro ano, R\$ 165.108.453,04, no segundo e R\$ 251.829.544,06, no terceiro, enquanto que a extinção do fator previdenciário nos termos do PL 3299/2008, se ocorrida no mesmo período, proporcionaria um gasto de R\$ 1.244.373.238,67, R\$ 2.530.557.418,15 e R\$ 3.859.700.149,23, nos primeiro, segundo e terceiro anos, respectivamente.¹⁸⁹

A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania exarou parecer pela “constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do projeto de lei nº 3.299, de 2008, principal, e dos projetos de lei nºs 4.447, de 2008, e 4.643, de 2009, apensados.”¹⁹⁰

¹⁸⁸ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação, relator Pepe Vargas.p 13. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=699966&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013.

¹⁸⁹ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação, relator Pepe Vargas.p 13. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=699966&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013.

¹⁹⁰ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, relator Arnaldo Faria de Sá . p 4., Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=714772&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013.

Quanto ao projeto substitutivo proposto pela Comissão de Finanças e Tributação, consta que o mesmo foi apresentado depois de expirado o prazo para a manifestação da referida comissão, bem como “não há, nos autos, nada que certifique a aprovação do parecer do Deputado Pepe Vargas, com substitutivo, o que significa dizer que, regimentalmente, a matéria não foi apreciada pela Comissão de Finanças e Tributação.”¹⁹¹

No mérito, foi declarado inconstitucional o referido substitutivo, nos seguintes termos:

Com efeito, o art. 3º do aludido substitutivo, na nova redação que pretende dar ao § 10 do art. 29 da Lei nº 8.213, de 1991, intenta estabelecer limite de idade para a aplicação do fator previdenciário, o que é inconstitucional e injurídico, visto que essa matéria só pode ser veiculada pela Constituição Federal.¹⁹²

Ocorre que o artigo 3º do substitutivo em comento, como já citado anteriormente, não pretende substituir o fator previdenciário pela fórmula 85/95, mas sim, fazer com que ambos convivam. Desse modo, não haverá a incidência do fator previdenciário apenas aos segurados cuja idade acrescida do tempo de contribuição perfaça o somatório de 85/95, desde que possuam o tempo de contribuição mínimo de 30 e 35 anos, se mulher ou homem, respectivamente, restando aos demais segurados a aplicação do fator previdenciário.

Assim, aqueles segurados cuja idade acrescida do tempo de contribuição não perfaça o somatório exigido pela fórmula 85/95 restarão vinculados ao fator previdenciário, motivo pelo qual é considerado que o projeto substitutivo pretende estabelecer limite de idade para a aplicação do fator previdenciário.

Entretanto, caso seja aceita a justificativa acima proferida pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela qual o substitutivo é inconstitucional por vincular a aplicação do fator previdenciário à idade do segurado, pode se entender, consequentemente, que também é inconstitucional a própria fórmula 85/95, pelo

¹⁹¹ BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, relator Arnaldo Faria de Sá . p 2., Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=714772&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013.

¹⁹² BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, relator Arnaldo Faria de Sá . p 3., Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=714772&filename=Tramitacao-PL+3299/2008. Acesso em 01/11/2013.

mesmo motivo, vez que sua utilização depende do somatório entre o tempo de contribuição e a idade do segurado.

Érica Paula Barcha¹⁹³ defende que a aprovação da fórmula 85/95 depende de Emenda Constitucional, não bastando autorização por lei, vez que a referida fórmula mescla ao constitucionalmente previsto tempo de contribuição, o critério idade, que não possui previsão na Carta Maior.

Para Mario Kendy Miyasaki¹⁹⁴, a proposta aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania não será vitoriosa, mas sim o projeto substitutivo vindo da Comissão de Finanças e Tributação, que prevê a fórmula 85/95.

Referido autor aponta que a fórmula aumenta substancialmente o valor dos benefícios, comparativamente à utilização do fator previdenciário:

Vamos analisar alguns casos como exemplo: Uma mulher que tem como média das 80% maiores contribuições feitas desde julho de 1994 pelo teto da previdência social poderá receber apenas R\$ 1.447,05 se, ao se aposentar, tiver 53 anos de idade e 32 anos de contribuição, ou seja, $(53 + 32 = 85)$. Com a nova fórmula, ela receberá os R\$ 2.354,79, já que a soma da idade com o tempo de contribuição será de 85.

Seu aumento supera 62% caso essa soma não alcance o valor de 85 sempre será mais vantajoso continuar contribuindo até alcançá-lo.

Já um homem com o mesmo salário de contribuição, ao se aposentar com 60 anos de idade e 35 anos de contribuição, ou seja, $(60 + 35 = 95)$ receberia hoje R\$ 2.068,78.

Com a nova fórmula, ele poderá ter um aumento de 13,8% e receber R\$ 2.354,79, porque atingirá a soma de 95.¹⁹⁵

Wladimir Novaes Martinez posiciona-se favorável à fórmula 85/95, sendo que é consectário da mesma desde 1992, ano e que afirma ter sugerido a mesma para o então Ministro da Previdência Social, Antonio Britto Filho, “Em 2003, parte dessa ideia foi aproveitada na EC nº 41, em relação à aposentadoria por tempo de contribuição do servidor público (ali, maior tempo de serviço significa menor idade).”¹⁹⁶

¹⁹³ BARCHA Correia, Érica Paula. **Fator Previdenciário-Análise Constitucional**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 27/28.

¹⁹⁴ MIYASAKI, Mario Kendy. **Extinção do fator previdenciário, verdade ou mentira**. Disponível em <http://www.previcalc.com/noticias/extincao-do-fator-previdenciario-verdade-ou-mentira.htm>. Acesso em 02/11/2013.

¹⁹⁵ *Id.*

¹⁹⁶ UOL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/57542-mais-que-um-numero-formula-8595-representa-justica-social.shtml>>. Acesso em 02/11/2013.

Para o referido autor¹⁹⁷, a fórmula expressa o reconhecimento da precocidade laboral dos trabalhadores mais humildes e informalizados, vez que esses começam a trabalhar mais jovens, de modo que poderão se aposentar também mais jovens, já que completarão a soma exigida pela fórmula 85/95 antes que os trabalhadores da classe média, que, em geral, iniciam a vida laboral depois dos 18 anos de idade. O autor cita o seguinte exemplo:

Na fórmula 85/95, os 55 anos de idade e os 40 anos de serviço (presumidos) do ajudante de pedreiro somam 95 anos. O médico, nas mesmas condições, teria 55 mais 30, ou seja, 85 anos, e deveria se aposentar (se é que médico se aposenta) 5 anos adiante, pois 60 mais 35 resultariam em 95 anos.¹⁹⁸

Tal autor prevê que o tempo de contribuição dos segurados humildes, que iniciam a vida laboral de maneira precoce será contabilizado de maneira presumida, entretanto, cumpre ressaltar que essa possibilidade não é contemplada no projeto substitutivo, de autoria do Deputado Federal Pepe Vargas, de modo que a fórmula idealizada por Wladimir Novaes Martinez não se identifica integralmente com a fórmula proposta no referido substitutivo.

Ocorrendo a extinção do fator previdenciário, seja em decorrência da aprovação do projeto de lei nº 3.299/2008, seja pela aprovação da fórmula 85/95, sugerida através de substitutivo apresentado pelo Deputado Federal Pepe Vargas, o mais provável é que os efeitos da modificação legislativa serão aplicáveis apenas às aposentadorias concedidas posteriormente à vigência da nova lei.

Com efeito, o Supremo Tribunal Federal¹⁹⁹ assentou que, em matéria previdenciária, a lei de regência é a vigente ao tempo da reunião dos requisitos para a concessão do benefício (princípio *tempus regit actum*).

Assim, existe uma gama de segurados aposentados pelas regras descritas na Lei 9.876/2009 (Lei do fator Previdenciário), a qual está em vigência há mais de quatorze anos, para os quais se torna irrelevante a modificação legislativa.

¹⁹⁷ UOL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/57542-mais-que-um-numero-formula-8595-representa-justica-social.shtml>>. Acesso em 02/11/2013.

¹⁹⁸ UOL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/57542-mais-que-um-numero-formula-8595-representa-justica-social.shtml>>. Acesso em 02/11/2013.

¹⁹⁹ BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 817576, RS – Rio Grande do Sul, Relator(a): Ministra Cármen Lucia, julgamento:23/03/2011. Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em 05/11/2013.

Nesse ponto de vista, volta ao cenário o aspecto da constitucionalidade da referida lei, a qual foi atacada por via do controle concentrado de constitucionalidade, notadamente, as ADIs 2110 e 2111, ambas de 1999, às quais já foi feita referência anteriormente.

Ocorre que em se tratando de declaração de inconstitucionalidade da lei impugnada, o efeito não é, em princípio, posterior à referida declaração, mas retroativo à data em que os dispositivos considerados inconstitucionais tenham começado a produzir efeitos, o que se chama de efeito *ex tunc*.

É bem verdade que é possível a modulação dos efeitos desse tipo de ação, seja por razões de segurança jurídica ou excepcional interesse social, de modo que a coisa julgada repercuta a partir do trânsito em julgado ou outro momento a ser fixado, entretanto, também é verdade que a referida modulação de efeitos exige um *quórum* ainda mais elevado que o da própria declaração de inconstitucionalidade.

Assim, pela análise dos artigos 22, 23 e 27 da Lei 9.868/2009²⁰⁰ infere-se que, enquanto a declaração de inconstitucionalidade exige, para votação, a presença de 08 (oito) dos 11 (onze) ministros do Supremo Tribunal Federal, bem como o voto favorável de 6 (seis) membros, a modulação de efeitos exige a presença dos onze ministros, bem como aprovação pelo quórum de dois terços deles, o que equivale a 8 (oito) ministros.

Dessa forma, em sendo obtido parecer favorável quanto à inconstitucionalidade dos dispositivos impugnados da Lei 9.876/2009, existe a possibilidade de obter-se, também, efeito retroativo à data da vigência da referida lei, em 26 de novembro de 2009, de modo que os segurados atingidos pela fórmula de cálculo do fator previdenciário possam ter seus benefícios recalculados, como se a referida lei nunca tivesse existido.

Com efeito, José Afonso da Silva preconiza que a inconstitucionalidade por ação “ocorre com a produção de atos legislativos ou administrativos que contrariem normas ou princípios da constituição.”²⁰¹

Foi abordada nesse trabalho a possibilidade de o fator previdenciário estar em conflito com os princípios constitucionais da igualdade, solidariedade social,

²⁰⁰ BRASIL. **Lei 9868**, de 10 de novembro de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9868.htm> Acesso em 08/10/2013.

²⁰¹ SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33ª Edição, revista e atualizada (até a Emenda Constitucional n.62, de 9.11.2009, publicada em 12.12.2009, com adendo das EC ns 63 e 64/2010). Malheiros Editores, p. 47

vedação ao retrocesso social, bem como a norma constitucional que proíbe a utilização de critério diferenciador entre os segurados para concessão das aposentadorias, descrita no artigo 201, § 1º, da Constituição Federal, e, ainda, a possível vinculação da concessão da aposentadoria por tempo de contribuição ao critério idade, que foi rejeitado pelo legislador constituinte, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 20/1.998, que não adota a idade como parâmetro de concessão de tal benefício.

O mesmo autor diferencia a inconstitucionalidade formal da material²⁰². A primeira se manifesta nos casos em que as normas são emanadas por autoridade incompetente ou em desacordo com formalidades constitucionalmente previstas, enquanto que a segunda ocorre quando o próprio conteúdo das normas é contrário aos princípios e preceitos constitucionais.

Na ADI 2111²⁰³, foi alegada tanto a inconstitucionalidade formal como material da Lei 9.876/2009. A primeira consistiria no fato de o Senado Federal ter alterado o texto final votado na câmara dos deputados, sem que o projeto tenha voltado à casa iniciadora, como prevê o artigo 65, parágrafo único da Constituição Federal.

No que concerne à inconstitucionalidade material, foi alegado que a referida lei considera limites de idade para fins do cálculo do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, de modo que não basta ao segurado ter cumprido o tempo de contribuição, precisa ainda, submeter-se a um cálculo que leva em consideração a idade e a expectativa média de vida dos brasileiros, índice variável e questionável, principalmente por se valer de média nacional única para ambos os sexos. Assim viola o direito individual do trabalhador a obter aposentadoria exclusivamente pelo tempo de contribuição, cláusula pétrea aferível do art. 60, §4º, IV cumulado ao art. 201, § 7º.

A ADI 2110²⁰⁴, além de tratar do salário maternidade e do salário família, trata no que diz respeito ao tema deste trabalho, da inconstitucionalidade da adoção

²⁰² SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 33ª Edição, revista e atualizada (até a Emenda Constitucional n.62, de 9.11.2009, publicada em 12.12.2009, com adendo das EC ns 63 e 64/2010). Malheiros Editores, p. 47

²⁰³ BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Extrato de movimentação processual. ADI nº2111. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=1795149>>. Acessado em 03/11/2013.

²⁰⁴ BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Extrato de movimentação processual. ADI nº2110. Disponível em:

da média longa para aposentadoria, a qual seria responsável pelo achatamento nos valores dos benefícios, alegando que a supressão das regras anteriores não permite a criação de regra que acarrete situação menos vantajosa ao contribuinte, pois o art. 7º da Constituição Federal garante que as modificações estarão submetidas à melhoria na condição de vida dos segurados. Ainda, trata da inconstitucionalidade da vinculação do critério idade para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, sendo que o segurado, não obstante já ter completado o tempo de contribuição exigido constitucionalmente, precisa contar com idade elevada para poder obter valor de aposentadoria integral.

Em 16/03/2000, o STF decidiu na ADI 2111, em decisão interlocutória, por unanimidade, pelo não conhecimento da ação de inconstitucionalidade formal da Lei 9.868/99, além de ser indeferida a cautelar de suspensão de alguns artigos da referida lei, entretanto, nesse particular, com voto contrário do ministro Marco Aurélio, o qual afirmou que o “fator previdenciário não é nada mais, nada menos, que fator idade, que foi refutado quando da apreciação da proposta de Emenda Constitucional que resultou na Emenda nº 20.”²⁰⁵

Quanto à ADI 2110, em que pese não ter sido requerida a inconstitucionalidade formal da Lei 9876/2009, a decisão, proferida igualmente em 16/03/2000, foi semelhante no que concerne aos pedidos afins, sendo negada a cautelar requerida.

Assim, pautando-se nas decisões acima, nota-se uma tendência do Supremo Tribunal Federal em decidir pela constitucionalidade dos dispositivos impugnados, aliás, essa é a opinião de Wladimir Novaes Martinez:

Com vistas ao equilíbrio atuarial e financeiro (CF, art. 201, §1º)- esta magnífica bandeira e este amplíssimo pátio sob o qual se escudarão muitos raciocínios técnicos desde 1998 – é bem provável que a Lei nº 9.876/1999 venha a ser definitivamente declarada constitucional.²⁰⁶

²⁰⁵ <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=1795150>>. Acessado em 03/11/2013..

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Extrato de movimentação processual. ADI nº2111. Disponível em:

²⁰⁶ <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=1795149>>. Acessado em 03/11/2013.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Aspectos positivos e negativos do fator previdenciário**. Revista IOB Trabalhista e Previdenciária. Ano XVII; nº207; Setembro de 2006, p.11.

Entretanto, a decisão final, depois de mais de quatorze anos de tramitação, ainda não foi exarada, de modo que existe a possibilidade de declaração da inconstitucionalidade da Lei 9.876/2009 pelo Supremo Tribunal Federal, principalmente se considerarmos que não houve unanimidade quanto à constitucionalidade dos artigos impugnados, na análise perfunctória realizada nos autos, notadamente pelo voto do Ministro Marco Aurélio, o qual se manifestou contrário ao fator previdenciário.

Enquanto não for decidido acerca da constitucionalidade da fórmula do fator previdenciário, bem como não for sancionada lei que ponha fim a esse mecanismo de cálculo, é certo que outros tantos segurados virão a se aposentar com base na referida fórmula e, portanto, estarão submetidos aos prejuízos normalmente causados por ele.

Segundo Sérgio Henrique Salvador, o fator previdenciário “(...) nada mais é do que um autêntico redutor econômico e, apesar de se arrimar em critérios eminentemente atuariais, no plano fático, penaliza sobremaneira aquele que se jubila precocemente.”²⁰⁷

O mesmo autor²⁰⁸ afirma que diante da excessiva redução no valor dos benefícios não é raro que o segurado, após a jubilação, continue a trabalhar vinculado à atividade remunerada e, inclusive, realizando contribuições previdenciárias. Nesse contexto insere-se a perseguição por mecanismos protetivos, sendo que a desaposentação aponta como mecanismo de melhoria econômica do benefício minorado pela incidência do fator previdenciário.

Para Fábio Zambitte Ibrahim a desaposentação é o mecanismo que possibilita “ao segurado renunciar à aposentadoria com o propósito de obter benefício mais vantajoso, no Regime Geral de Previdência Social ou em Regime Próprio de Previdência Social, mediante a utilização de seu tempo de contribuição.”²⁰⁹

Não há previsão legal para tal instituto, mas tão somente o projeto de lei nº 7.154/2001, que ainda depende de aprovação legislativa. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) vem manifestando-se favorável à desaposentação,

²⁰⁷ SALVADOR, Sérgio Henrique. **Desaposentação e o fim do fator previdenciário**. Revista Síntese – Direito Previdenciário. Ano X – nº 43 – jul-ago 2011, p. 30.

²⁰⁸ SALVADOR, Sérgio Henrique. **Desaposentação e o fim do fator previdenciário**. Revista Síntese – Direito Previdenciário. Ano X – nº 43 – jul-ago 2011, p. 30/31.

²⁰⁹ IBRAHIM, Fábio Zambitte, **Desaposentação – O Caminho para uma Melhor Aposentadoria**. 5 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 35.

inclusive quanto à desnecessidade de devolução dos valores já recebidos referentes à aposentadoria renunciada.²¹⁰ Acrescenta-se, no entanto, que tal assunto ainda será apreciado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no julgamento do Recurso Extraordinário nº 661256/SC, ao qual foi dada repercussão geral, em decisão datada de 17 de setembro de 2011.

Como já abordado neste trabalho, é certo que a aplicação do fator previdenciário privilegia quem tem idade mais avançada ou tempo de contribuição mais elevado, de modo que para obter o valor da aposentadoria de maneira integral, é normal que o segurado precise continuar laborando, mesmo depois de atingidos os requisitos mínimos para a aposentadoria por tempo de contribuição.

Podendo valer-se da desaposentação, entretanto, o segurado poderá se aposentar tão logo estabeleça os requisitos mínimos, ao invés de postergar a aposentadoria para receber um benefício maior, pois poderá continuar trabalhando para, futuramente, realizar o recálculo de sua aposentadoria e receber um valor mais elevado.

Assim, Sérgio Henrique Salvador acredita que a desaposentação é capaz de realizar a extinção do fator previdenciário, ainda que de maneira indireta:

Como reflexo indubitável da desaposentação, a extinção do fator previdenciário se torna real, adequada e esperada, como consequência indireta da aceitação jurídica deste novel instituto que propaga a melhoria das condições de vida do aposentado, dando observância, assim, ao comando constitucional que elencou a dignidade da pessoa humana como fundamento republicano.²¹¹

Ainda, é válido assinalar o entendimento de Fábio Zambitte Ibrahim, pelo qual o segurado, após optar pela desaposentação, deverá requerer a nova aposentadoria com base no regime previdenciário atual, “caso o segurado venha a optar pela desaposentação, seu tempo de contribuição pretérito, aliado às cotizações posteriores, deverá, inexoravelmente, ser submetido ao regramento legal vigente.”²¹²

²¹⁰ BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. REsp 1334488/SC. Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/05/2013, DJe 14/05/2013. Disponível em <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp>. Acesso em 06/11/2013.

²¹¹ SALVADOR, Sérgio Henrique. **Desaposentação e o fim do fator previdenciário**. Revista Síntese – Direito Previdenciário. Ano X – nº 43 – jul-ago 2011, p. 31.

²¹² IBRAHIM, Fábio Zambitte, **Desaposentação – O Caminho para uma Melhor Aposentadoria**. 5 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011, p. 78-79.

Assim, é possível inferir que, ainda que a Lei nº 9.876/2009 não seja julgada inconstitucional, será possível que o segurado aposentado por tempo de contribuição consiga o deferimento do recálculo do seu benefício com base em outras regras, bastando que a referida lei seja revogada, o que aconteceria, exemplificativamente, caso o projeto de lei nº 3.299/2008 for sancionado, seja com base na redação original e seus anexos, seja com base no substitutivo apresentado na Comissão de Finanças e Tributação.

Atualmente, a revogação da Lei 9.876/2009 aponta como a alternativa mais cotada para o fim do fator previdenciário, sem, entretanto, apagar a possibilidade de declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos impugnados da referida lei. Em que pese existir possibilidade de extinção do fator previdenciário, devemos estar atentos, também, à possibilidade da sua manutenção, de modo que a desaposentação ganha importância, vez que é uma possibilidade do segurado que se manteve contribuindo para o sistema obter uma aposentadoria mais vantajosa. Assim, são esses os mecanismos sugeridos em face do fator previdenciário.

7 CONCLUSÃO

A Emenda Constitucional (EC) nº 20, promulgada em quinze de dezembro de 1998, teve por objetivo realizar a Reforma da Previdência Social, sendo que foi responsável pela criação da aposentadoria por tempo de contribuição, que veio a substituir a aposentadoria por tempo de serviço.

A referida Emenda Constitucional suprimiu a regra de cálculo do valor das aposentadorias, que antes era disciplinada pelo artigo 202 do Texto Maior, o que exigiu a disciplina de uma nova regra de cálculo, ainda que por meio de regramento infraconstitucional, daí se falar em desconstitucionalização das regras de cálculo das aposentadorias do Regime Geral de Previdência Social.

A Lei 9.876/1999 foi responsável por disciplinar as regras de cálculos suprimidas pela EC nº 20/98, sendo que a mais comentada disposição foi a fórmula do fator previdenciário, aplicável no âmbito dos cálculos das aposentadorias por idade e tempo de contribuição, tendo mais relevância para esta última, em que a incidência é obrigatória.

O fator previdenciário é uma fórmula atuarial que considera a idade, o tempo de contribuição e a expectativa de vida do segurado, bem como uma alíquota de contribuição. Acerca da sua expressão numérica, o fator previdenciário é um número variável maior, menor ou igual a 1 (um).

Como o intuito de consolidar um novo modelo previdenciário, fundado na necessidade de observância do equilíbrio financeiro e atuarial, a referida fórmula foi prestigiada vez que objetiva uma correlação entre o tempo de contribuição e o valor dos benefícios.

Dessa forma, tendo em vista as variáveis expressas na fórmula em questão, nota-se que obterão benefícios maiores os segurados que possuírem maior idade ou maior tempo de contribuição, de modo que, ainda que atingido o período contributivo exigido para a obtenção da aposentadoria, é possível que o segurado postergue tal evento com a finalidade de obter um benefício maior, vez que a fórmula, como regra, diminui o valor dos benefícios e, apenas como exceção o eleva.

Assim, o fator previdenciário provoca a permanência dos segurados na ativa mesmo depois de atingido o tempo de contribuição exigido para a aposentadoria.

Nesse contexto, a incidência do fator previdenciário funciona como

mecanismo de correção da ausência de previsão constitucional quanto ao requisito da idade mínima para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição, já que, na maioria das vezes, o segurado precisa manter-se em atividade por mais tempo para que possa obter um valor de aposentadoria mais elevado.

Entretanto, questiona-se a constitucionalidade de tal mecanismo, vez que o requisito da idade mínima foi rejeitado pela EC nº 20/98. Aliás, apenas quatro dias depois da publicação da lei que instituiu o fator previdenciário, que data de 26 de novembro de 2009, foram propostas duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) em face do diploma legal, as quais receberam os protocolos 2110 e 2111, sendo que a alegação principal das referidas ações pende quanto à inconstitucionalidade da consideração da idade do trabalhador para a concessão da aposentadoria por tempo de contribuição.

Após mais de 14 anos de trâmite, as referidas ações ainda aguardam julgamento, apesar de o Supremo Tribunal Federal ter decidido, em exame perfunctório, pela constitucionalidade dos dispositivos impugnados da Lei 9.876/2009.

Em que pese o objetivo de fazer os segurados permanecerem por mais tempo em atividade, nota-se que a maioria opta por ingressar na inatividade logo que os requisitos de aposentadoria estão presentes, ainda que isso cause redução substancial no valor dos benefícios, que, em média, é superior a 30%. Dessa forma, enquanto o objetivo explícito do fator previdenciário é conter os gastos da previdência através da aposentadoria tardia dos segurados, na prática, esse mesmo objetivo é atingido, entretanto, com base no achatamento dos benefícios previdenciários, mais especificamente a aposentadoria por tempo de contribuição e por idade.

Assevera-se, ainda, que a diminuição no valor dos benefícios é ainda maior quando se trata da aposentadoria da mulher, o que está em atrito com princípio da igualdade.

Ocorre que, apesar de haver previsão constitucional diferenciando o tempo de contribuição entre homens e mulheres, a aplicação do fator previdenciário mitigou tal disposição. Isso porque, apesar de a lei tentar prever um acréscimo de 5 (cinco) ao tempo de contribuição da mulher, para compensar o menor tempo de contribuição, na aplicação da fórmula do fator, não o fez quanto à idade, sendo certo que, por poderem cumprir antes os requisitos para jubilar, as mulheres tendem a se

aposentar mais jovens e, por isso, obtêm benefício inferior aos dos homens.

Ademais, o princípio da igualdade encontra-se relativizado em outras perspectivas. A utilização da média nacional única para ambos os sexos, no que concerne à expectativa de sobrevida tende a ser prejudicial ao segurado do sexo masculino. Ocorre que, como a mulher possui uma vida, em média, mais longa que a do homem, a média única será, em verdade, superior à média masculina. Acresce-se a isso o fato de a referida média nivelar a expectativa de sobrevida entre segurados de diferentes regiões do país, sem considerar as peculiaridades locais.

Ademais, o fato de a fórmula do fator previdenciário levar em consideração outras variáveis além do tempo de contribuição, que é o único previsto na Constituição, torna possível que segurados que possuam o mesmo tempo de contribuição obtenham benefícios diferenciados, o que pode ser visto como adoção de critério diferenciador na concessão dos benefícios, que é vedado em razão do artigo 201, § 1º, da Constituição Federal.

Ainda, pela análise do fator previdenciário, é possível identificar que também os princípios da solidariedade e da vedação ao retrocesso social podem estar sendo afetados.

Foi abordado que a aposentadoria por tempo de contribuição do Regime Geral de Previdência Social adota um sistema de capitalização virtual, pelo qual o segurado terá seu benefício calculado com base no seu próprio lote de contribuição, causando mitigação do princípio da solidariedade, pelo qual todos os segurados ativos contribuem para manter os benefícios dos inativos.

Quanto ao princípio da vedação ao retrocesso social, este estaria sendo violado pela possível restrição dos segurados ao direito fundamental à aposentadoria por tempo de contribuição, já que são influenciados a continuar trabalhando para ter um benefício mais favorável.

Por todas as mudanças operadas pelo fator previdenciário, é ainda possível afirmar que a regra de transição prevista no art.5º, da Lei 9.876/1999, não foi suficiente para que os segurados pudessem se preparar para as novas regras de cálculo da aposentadoria, pois a mesma previu que o fator previdenciário incidiria proporcionalmente por sessenta meses, quando passaria a ser aplicado de maneira integral, tempo este que é bastante curto diante de uma vida contributiva longa de tantos segurados que estavam prestes a se aposentar.

Atualmente existe uma forte expectativa na solução legislativa para o

término do fator, notadamente, com a possível aprovação do projeto de lei 3.299/2008, de autoria do senador Paulo Paim. Referido projeto já foi aprovado pelo Senado Federal e está pronto para pauta no plenário da Câmara dos Deputados.

Entretanto, infere-se que a revogação da Lei 9.876/2009 não é capaz de, por si só, restabelecer os prejuízos econômicos tidos pelos segurados que se aposentaram com base nas suas regras de cálculo, de modo que é necessário vislumbrar uma alternativa para esses segurados.

Dessa forma, volta à discussão o aspecto da constitucionalidade da referida lei, já que pendentes de julgamento as ADIs 2110 e 2111, ambas de 1999. Isso porque, os efeitos da declaração de inconstitucionalidade são, em princípio, retroativos à data do início da sua vigência, ressalvada a possibilidade de modulação de efeitos.

Entretanto, o Supremo Tribunal Federal já decidiu, em análise perfunctória, que os dispositivos impugnados são constitucionais, bem como vem adiando o julgamento há mais de quatorze anos, de modo que não é possível contar com a declaração de inconstitucionalidade da Lei 9.876/2009 como mecanismo de proteção para os segurados prejudicados pela incidência do fator previdenciário.

Assim, afora a grande gama de segurados que já tiveram seus benefícios calculados com base na fórmula do fator previdenciário, muitos outros segurados terão sua aposentadoria concedida com base na fórmula em questão e, portanto, terão que enfrentar os prejuízos normalmente causados por ela, até que a mesma seja estancada, seja através da aprovação do projeto de lei 3.199/2008, seja pela declaração de inconstitucionalidade dos dispositivos impugnados da Lei 9.876/2009.

Nesse contexto, insere-se a perseguição por mecanismos protetivos, sendo que a desaposentação aponta como mecanismo de melhoria econômica do benefício minorado pela incidência do fator previdenciário. Tal instituto não encontra respaldo legal e sua constitucionalidade está pendente de análise pelo Supremo Tribunal Federal, entretanto, já encontra parecer favorável em outros tribunais, como o Supremo Tribunal de Justiça.

Assim, em sendo possível a desaposentação, o segurado poderá obter aposentadoria mais vantajosa, seja porque continuou realizando contribuições previdenciárias após a jubilação e, por isso, terá concedido benefício mais elevado proporcionalmente ao maior período contributivo, seja pela expectativa de que, revogando-se a Lei 9.876/2009, possibilite-se ao segurado a concessão do novo

benefício com base na lei revogadora que, em tese, será mais benéfica.

Assim, com o presente trabalho foi possível demonstrar a importância do estudo do fator previdenciário, partindo-se de um recorte jurídico constitucional do instituto, em especial no que concerne aos efeitos que produz no âmbito social, de modo a embasar juridicamente muitos dos argumentos contrários ao fator levantados pelos segurados insatisfeitos pela aplicação dessa fórmula atuarial.

Ainda, foi possível abordar as possíveis alternativas ao fator previdenciário, seja no âmbito legislativo, seja no âmbito jurisdicional e, ainda, doutrinário.

Por outro lado, foi possível compreender melhor a justificativa política e atuarial para a utilização do fator, que visa proporcionar uma correspondência entre o tempo de contribuição e o valor do benefício, pautando-se em dados estatísticos e atuariais voltados à saúde econômico-financeira da previdência social.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Hermes Arrais. **Cálculo de benefícios previdenciários: Regime Geral de Previdência Social: da Teoria a Prática**. Editora Atlas; São Paul; 2009.

BARCHA Correia, Érica Paula. **Fator Previdenciário-Análise Constitucional**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 21/28.

BOLLMANN, Vilian. Lei n. 9.876/1999: **Breves considerações sobre a impossibilidade de mesclar regimes jurídicos para cálculo da renda mensal do benefício previdenciário**. Revista de Previdência Social. São Paulo; nº282; maio-2004; ano 28 (não paginado).

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Projeto de Lei nº 3.299/2008. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=391382>>. Acesso em 02/11/2013.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, relator Arnaldo Faria de Sá. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=714772&filename=Tramitacao-PL+3299/2008>. Acesso em 01/11/2013.

BRASIL. **Câmara dos Deputados**. Parecer da Comissão de Finanças e Tributação, relator Pepe Vargas., Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=699966&filename=Tramitacao-PL+3299/2008>. Acesso em 01/11/2013.

BRASIL. **Câmara dos Deputados** .Parecer da Comissão de Seguridade Social e Família, relator Germano Bonow, Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=5197B3B09A232F897F70ED6EA1A66997.node1?codteor=591530&filename=Tramitacao-PL+3299/2008>. Acesso em 01/11/2013>.

BRASIL, **Constituição Federal**, de 05 de outubro de 1988. Dispo nível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 09/10/2013.

BRASIL. **Lei nº 109**, de 29 de maio de 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp109.htm> Acesso em 12/05/2013.

BRASIL. **Lei nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm. Acesso em 08/08/2013

BRASIL, **Lei nº 9.876**, de 26 de Novembro de 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9876.htm>. Acesso em 04/03/2013.

BRASIL. **Lei 9868**, de 10 de novembro de 2009. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9868.htm> Acesso em 08/10/2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Tabela do Fator Previdenciário**. Disponível em <<http://www.previdencia.gov.br/informaes-2/fator-previdenciario-2/>>. Acesso em 09/11/2013.

BRASIL. **Senado Federal**. Projeto de Lei nº 296/2003. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=5973> Acessado em 27/10/2013.

BRASIL. **Superior Tribunal de Justiça**. REsp 1334488/SC. Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 08/05/2013, DJe 14/05/2013. Disponível em <http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp>. Acesso em 06/11/2013.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Agravo Regimental no Agravo de Instrumento nº 817576, RS – Rio Grande do Sul, Relator(a): Ministra Cármen Lucia, julgamento:23/03/2011.Disponível em <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarJurisprudencia.asp>>. Acesso em 05/11/2013.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Extrato de movimentação processual. ADI nº2110. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=1795150>>. Acessado em 03/11/2013.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. Extrato de movimentação processual. ADI nº2111. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultarprocessoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjetoincidente=1795149>>. Acessado em 03/11/2013.

BRASIL. **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**, Autos nº 2009.71.08.007367-7/RS, 2ª Vara Federal de Novo Hamburgo/RS, prolatada em 30 de abril de 2010.

Disponível em:

<http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/visualizar_documento_gedpro.php?local=jfrs&documento=5782135&DocComposto=&Sequencia=&hash=66424a6229ff3eba94465c86105418eb>. Acesso em 10/11/2013.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de e LAZZARI, João Batista. **Manual de Direito Previdenciário**; Florianópolis: Conceito Editorial - 2010.

COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E NO EMPREGO. processo nºC-385/11, julgado pela Corte Internacional Europeia. Disponível em http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/Proc_C385_11.pdf Acesso em 13/11/2013.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES METALÚRGICOS.

Disponível em: <http://www.cntm.org.br/portal/materia.asp?id_CON=64>. Acesso em 02/11/2013.

DEUD, Cláudia Augusta Ferreira. **Alteração na metodologia de cálculo da tábua de expectativa de sobrevida para 2002 e seus reflexos no regime geral da previdência social**; Disponível em:

<http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/3641/alteracao_metodologia_deud.pdf?sequence=5>. Acesso em 28/09/2013.

_____. **Consultoria Legislativa**. Disponível em

http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/reforma_previdencia/documento-de-referencia-da-consultoria-legislativa-1. Acessado em 07/09/2013.

DIEESE. **O fator previdenciário e seus impactos sobre os trabalhadores**. Nota Técnica nº 65. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2008.

Disponível em:

<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2008/notatec65FatorPrevidenciario.pdf>. Acesso em 19/07/2013

DUARTE, Diana Roberta. **A falta de coerência na aplicação do fator previdenciário nas aposentadorias por tempo de contribuição proporcionais após a EC n. 20/98**. Revista de Previdência Social. São Paulo, n.º 380, Julho de 2012. Editora LTR.

ESPÍRITO SANTO, Atalíba Pinheiro do. **Fator Previdenciário**. Revista de Direito Administrativo. Livraria e Editora Renovar. Rio de Janeiro. Jan/Mar.2002, p.265-290.

FORTES, Simone Barbisan; PAULSEN, Leandro. **Direito da Seguridade Social: Prestações e custeio da previdência, assistência e saúde** –Porto Alegre : Livraria do Advogado; 2005.

GGN O JORNAL DE TODOS OS BRASIS. Disponível em:
<<http://jornalgggn.com.br/blog/centrais-sindicais-realizam-dia-nacional-de-mobilizacao-e-paralisacao>>. Acesso em 02/11/2013.

GONÇALES, Odonel Urbano. **Fator Previdenciário** – Criação. Revista IOB Trabalhista e Previdenciária. Ano XVII – nº 207- Setembro de 2006; Editora chefe, p. 13/18.

HORVATH JUNIOR, Miguel. **Direito Previdenciário**. 4ª Edição atualizada com a reforma da previdência. Editora Quartier Latin do Brasil. São Paulo, 2004, p. 53/58.

_____. Revista de Direito Social. Ano 1-2001- nº2. Notadez Informações LTDA – Sapucaia do Sul/RS

IBRAHIM, Fábio Zambitte; **Curso de Direito Previdenciário**; 15ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2010.

_____. **Curso de Direito Previdenciário** ; 16ª Edição- Rio de Janeiro: Impetus, 2011, p. 597/598.

IBRAHIM, Fábio Zambitte, **Desaposentação – O Caminho para uma Melhor Aposentadoria**. 5 ed. Niterói, RJ: Impetus, 2011.

INSTITUTO PHD. **Saiba como Funciona o censo do IBGE**. Disponível em:
<http://www.institutophd.com.br/blog/saiba-como-funciona-o-censo-do-ibge/>.
Acessado em 28/09/2013.

JORNAL REDE BRASIL ATUAL. Disponível em:
<<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2013/10/centrais-sindicais-cobram-proposta-alternativa-ao-fator-previdenciario-455.html>>. Acesso em 02/11/2013.

JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em:
<<http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,governo-desiste-de-mudancas-na-previdencia-social,169090,0.htm>>. Acesso em 02/11/2013.

KERTZMAN, Ivan; **Curso Prático de Direito Previdenciário**. 7ª Edição – Salvador: Podivm, 2010.

LUCHESE, Francesca Casagrande. **Aposentadoria por tempo de contribuição – evolução e perspectiva de um benefício previdenciário à beira da extinção**. Revista de Previdência Social, Ano XXXVII; n. 391; São Paulo; Editora LTR, p. 500/504.

MARINHO FILHO, Luciano. **Fator previdenciário: fórmula, aspectos qualitativos e inconstitucionalidade embutida**. Revista de Direito do trabalho. Ano 35; n. 135; julho/setembro 2009; Editora Revista dos Tribunais, p. 94/101.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. **Aspectos positivos e negativos do fator previdenciário**. Revista IOB Trabalhista e Previdenciária. Ano XVII; nº207; Setembro de 2006, p. 07/12.

_____. **Curso de Direito Previdenciário**; 5ª Edição – São Paulo: LTR, 2013.

_____. **Fator Previdenciário em 420 perguntas e respostas**. 2º Edição, São Paulo: LTR, 2001.

_____. **Fator Previdenciário, Formula 95 e Limite de Idade**. Revista Síntese Direito Previdenciário . Ano X- nº43-jul-ago2011, p. 09/19.

_____. **Princípios de Direito Previdenciário**. 4 ed. São Paulo: LTr, 2001.

MARTINS, Sergio Pinto; **Direito da Seguridade Social**, 16ª Edição, São Paulo: Atlas, 2001.

MILWARD, Renata Baars. **Consultoria Legislativa**. Disponível em:
http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentro/temas/fator_previdenciario/documento-de-referencia-da-consultoria-legislativa-1. Acessado em 07/09/2013.

MIYASAKI, Mario Kendy. **Extinção do fator previdenciário, verdade ou mentira.** Disponível em <http://www.previcalc.com/noticias/extincao-do-fator-previdenciario-verdade-ou-mentira.htm>. Acesso em 02/11/2013.

ROCHA, Daniel Machado da; Savaris, José Antonio. **Curso de especialização em direito previdenciário-** Vol. 2. Savaris (coords) 1.^a edição – Curitiba: Juruá, 2006.

SALVADOR, Sérgio Henrique. **Desaposentação e o fim do fator previdenciário.** Revista Síntese – Direito Previdenciário. Ano X – nº 43 – jul-ago 2011, p.29/31.

SANTOS, Matusalém dos. **Alternativa ao Ineficaz e Perverso Fator Previdenciário.** Revista de Previdência Social. São Paulo, n.º 384, Novembro de 2012. Editora LTR, p. 919/921.

SILVA, Hugo Lontra da. **A fórmula do Fator Previdenciário Frente ao Princípio Constitucional da Isonomia.** Revista: Ciência Jurídica do Trabalho. Ano XII; Volume 78 –Novembro/Dezembro de 2009, p. 09/35.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 33^a Edição, revista e atualizada (até a Emenda Constitucional n.62, de 9.11.2009, publicada em 12.12.2009, com adendo das EC ns 63 e 64/2010). Malheiros Editores.

TAVARES, Marcelo Leonardo; **Direito Previdenciário;** 6^a Edição – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005.

UOL FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/57542-mais-que-um-numero-formula-8595-representa-justica-social.shtml>>. Acesso em 02/11/2013.

VIANNA, Cláudia Salles Vilela. **Previdência Social – Custeio e Benefício** – São Paulo: LTR, 2005.

_____. **Previdência Social: Custeio e benefícios.** 2^a Edição- São Paulo: LTR, 2008, p. 388/391.

VIANNA, João Ernesto Aragonés. **Curso de Direito Previdenciário.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 24-25.

VIEIRA, Ester Moreno de Miranda. **A não incidência do fator previdenciário para os benefícios concedidos com base na Emenda Constitucional nº 20/98.**

Revista de Previdência Social. São Paulo, n.º 387, Fevereiro de 2013. Editora LTR, p. 105/108.

WEINTRAUB, Arthur Bragança de Vasconcellos, Emerson Costa Lemes e Julio César Vieira. **Cálculos Previdenciários**. 2. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2007.